

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração do Fluxo de Caixa	10
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	12
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	13
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	14
Demonstração do Valor Adicionado	15

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	17
Balanço Patrimonial Passivo	19
Demonstração do Resultado	21
Demonstração do Resultado Abrangente	23
Demonstração do Fluxo de Caixa	24
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	26
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	27
DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	28
Demonstração do Valor Adicionado	29
Relatório da Administração	31
Notas Explicativas	33
Pareceres e Declarações	
Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	67
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	71
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	72

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

73

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	3.840
Preferenciais	3.840
Total	7.680
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembleia Geral Ordinária	31/03/2016	Dividendo	30/05/2016	Ordinária		4,60214
Assembleia Geral Ordinária	31/03/2016	Dividendo	30/05/2016	Preferencial		5,06236
Assembleia Geral Ordinária	30/03/2017	Dividendo	29/05/2017	Ordinária		7,71275
Assembleia Geral Ordinária	30/03/2017	Dividendo	29/05/2017	Preferencial		8,48403
Assembleia Geral Ordinária	29/03/2018	Dividendo	27/04/2018	Ordinária		2,56039
Assembleia Geral Ordinária	29/03/2018	Dividendo	27/04/2018	Preferencial		2,81643

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	476.391	488.979	513.432
1.01	Ativo Circulante	200.524	215.779	226.593
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	810	4.429	314
1.01.02	Aplicações Financeiras	170.031	182.655	195.725
1.01.03	Créditos das Operações	24.402	24.296	27.066
1.01.03.01	Seguros e Resseguros	24.402	24.296	27.066
1.01.03.01.01	Prêmios a Receber	42	27	25
1.01.03.01.02	Operações com Seguradoras	142	0	0
1.01.03.01.03	Operações com Resseguradoras	999	1.562	3.030
1.01.03.01.04	Outros Créditos Operacionais	1.719	1.872	2.055
1.01.03.01.05	Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas	21.500	20.835	21.956
1.01.04	Títulos e Créditos a Receber	5.082	4.199	3.321
1.01.05	Outros Valores e Bens	148	146	120
1.01.07	Despesas Antecipadas	51	54	47
1.02	Ativo Não Circulante	275.867	273.200	286.839
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	144.158	147.758	148.666
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	3.558	537	3.316
1.02.01.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	3.558	537	3.316
1.02.01.04	Crédito das Operações	60.850	67.131	68.035
1.02.01.04.01	Operações com Resseguradoras	101	101	101
1.02.01.04.02	Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas	60.749	67.030	67.934
1.02.01.05	Títulos e Créditos a Receber	79.750	80.090	77.315
1.02.01.05.01	Créditos Tributários e Previdenciários	4.050	3.974	3.858
1.02.01.05.02	Depósitos Judiciais e Fiscais	75.700	76.116	73.457
1.02.02	Investimentos	127.178	121.011	133.720
1.02.02.01	Participações Societárias	106.404	99.916	112.501
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas no País	91.537	87.235	100.508
1.02.02.01.04	Participações em Controladas no Exterior	14.106	11.921	11.234
1.02.02.01.07	Outros Investimentos	761	760	759

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	20.774	21.095	21.219
1.02.02.02.01	Imóveis Urbanos não Destinados a Uso Próprio	20.774	21.095	21.219
1.02.03	Imobilizado	4.523	4.417	4.432
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.523	4.417	4.432
1.02.03.01.01	Imóveis de Uso Próprio	4.029	3.948	3.979
1.02.03.01.02	Bens Móveis	168	222	282
1.02.03.01.03	Outras Imobilizações	326	247	171
1.02.04	Intangível	8	14	21

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	476.391	488.979	513.432
2.01	Passivo Circulante	128.107	126.867	127.121
2.01.01	Contas a Pagar	15.055	17.837	24.123
2.01.01.01	Obrigações a Pagar	7.909	9.726	17.436
2.01.01.02	Impostos e Encargos Sociais a Recolher	1.014	1.156	524
2.01.01.03	Encargos Trabalhistas	708	760	797
2.01.01.04	Impostos e Contribuições	5.424	6.195	5.366
2.01.02	Débitos de Operações	1.728	3.102	2.942
2.01.02.01	Seguros e Resseguros	1.728	3.102	2.942
2.01.02.01.02	Operações com Resseguradoras	1.723	3.100	2.922
2.01.02.01.03	Corretores de Seguros e Resseguros	4	2	2
2.01.02.01.05	Outros Débitos Operacionais	1	0	18
2.01.03	Depósitos de Terceiros	66	25	30
2.01.04	Provisões Técnicas	111.258	105.903	100.026
2.01.04.01	Seguros e Resseguros	111.258	105.903	100.026
2.02	Passivo Não Circulante	167.515	176.585	177.678
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	167.515	176.585	177.678
2.02.01.01	Contas a Pagar	4.109	4.226	6.222
2.02.01.01.01	Tributos Diferidos	4.109	4.226	6.222
2.02.01.03	Provisões Técnicas	91.949	104.970	107.519
2.02.01.03.01	Seguros e Resseguros	91.949	104.970	107.519
2.02.01.04	Outros Passivos	71.457	67.389	63.937
2.02.01.04.01	Provisões Judiciais	71.457	67.389	63.937
2.03	Patrimônio Líquido	180.769	185.527	208.633
2.03.01	Capital Social Realizado	100.000	100.000	100.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	11.291	11.554	9.933
2.03.03.01	Ativos Próprios	9.085	9.341	7.710
2.03.03.02	Controladas/Coligadas	2.206	2.213	2.223
2.03.04	Reservas de Lucros	51.307	55.844	88.789

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2.03.04.01	Reserva Legal	20.000	20.000	20.000
2.03.04.02	Reserva Estatutária	20.359	20.359	30.359
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	10.948	15.485	38.430
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	18.171	18.129	9.911

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.01	Receitas das Operações	24.677	28.702	41.307
3.01.01	Operações de Seguros	24.677	28.702	41.307
3.01.01.01	Prêmios de Seguros Ganhos	21.003	25.672	38.004
3.01.01.02	Outras Receitas de Seguros	3.674	3.030	3.303
3.02	Sinistros e Despesas das Operações	-14.691	-25.539	-33.175
3.02.01	Operações de Seguros	-14.691	-25.539	-33.175
3.02.01.01	Sinistros Retidos de Seguros	-7.284	-19.532	-22.156
3.02.01.02	Despesas de Comercialização de Seguros	-282	-329	-563
3.02.01.03	Outras Despesas de Seguros	-7.125	-5.678	-10.456
3.03	Resultado Bruto	9.986	3.163	8.132
3.04	Despesas Administrativas	-32.217	-30.598	-30.958
3.04.05	Despesas com Tributos	-2.295	-1.259	-3.236
3.04.08	Outras Despesas Administrativas	-29.922	-29.339	-27.722
3.05	Outras Receitas e Despesas Operacionais	-1.247	-1.846	-2.516
3.05.01	Receitas com Imóveis de Renda	1.897	1.418	1.228
3.05.02	Despesas com Imóveis Destinados à Renda/Venda	-3.359	-3.343	-3.797
3.05.03	Outros Investimentos	214	75	54
3.05.04	Ganhos ou Perdas com Ativos não Correntes	1	4	-1
3.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	21.714	43.014	71.837
3.06.01	Receitas de Equivalência Patrimonial	21.714	43.014	71.837
3.07	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-1.764	13.733	46.495
3.08	Resultado Financeiro	15.615	6.306	9.292
3.08.01	Receitas Financeiras	26.599	20.570	27.324
3.08.02	Despesas Financeiras	-10.984	-14.264	-18.032
3.09	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	13.851	20.039	55.787
3.10	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	191	166	167
3.10.01	Corrente	191	166	167
3.11	Resultado Líquido das Operações Continuadas	14.042	20.205	55.954
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	14.042	20.205	55.954

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação	1,74141	2,56039	6,93880
3.99.01.01	ON	1,91555	2,81643	7,63268
3.99.01.02	PN			

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	14.042	20.205	55.954
4.02	Outros Resultados Abrangentes	598	8.660	7.180
4.02.01	Ajustes ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	-3.056	7.681	12.486
4.02.02	Efeitos Tributários do Ajuste ao Valor de Mercado	963	-810	-5.619
4.02.03	Ajuste de Conversão de Investimento Societário no Exterior	1.485	907	-146
4.02.04	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda - Investidas	650	440	125
4.02.05	Dividendos Prescritos	293	231	119
4.02.06	Realização de Ativos - Realização (Liquida de Tributos)	263	211	215
4.03	Resultado Abrangente do Período	14.640	28.865	63.134

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	17.235	66.243	37.434
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-7.502	-23.214	-17.642
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	14.042	20.205	55.954
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	660	676	699
6.01.01.03	Resultado da Equivalência Patrimonial	-21.714	-43.014	-71.837
6.01.01.04	Despesas com Juros	1.839	2.710	3.907
6.01.01.05	Receitas com Juros	-2.329	-3.787	-6.363
6.01.01.07	Ganho na Alienação de Investimento	0	-4	-2
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	7.292	32.568	-16.448
6.01.02.01	Ativos Financeiros	6.551	23.871	-30.288
6.01.02.02	Créditos das Operações de Seguros e Resseguros	560	1.648	-1.526
6.01.02.03	Ativos de Resseguros	5.616	2.025	11.835
6.01.02.04	Créditos Fiscais e Previdenciários	-830	-830	-802
6.01.02.05	Depósitos Judiciais e Fiscais	2.663	673	-289
6.01.02.06	Despesas Antecipadas	148	-152	5
6.01.02.08	Outros Ativos	-284	130	-374
6.01.02.09	Impostos e Contribuições	50	652	61
6.01.02.10	Fornecedores e Outras Contas a Pagar	-296	492	88
6.01.02.11	Débitos Operacionais com Seguros e Resseguros	-1.374	159	-650
6.01.02.12	Depósitos de Terceiros	41	-5	-2
6.01.02.13	Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros	-7.666	3.329	4.288
6.01.02.14	Provisões Judiciais	2.230	741	1.627
6.01.02.15	Outros Passivos	-117	-165	-421
6.01.03	Outros	17.445	56.889	71.524
6.01.03.01	Recebimentos de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	17.445	56.889	71.524
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-440	-528	-601
6.02.01	Pagamento pela Compra de Ativo Permanente - Investimentos	-35	-229	-448
6.02.02	Pagamento pela Compra de Ativo Permanente - Imobilizado	-405	-310	-156
6.02.03	Pagamento pela Compra de Ativo Permanente - Intangível	0	0	-3

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.02.04	Recebimento pela Venda de Ativo Permanente - Investimento	0	11	6
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-20.414	-61.600	-37.111
6.03.01	Distribuição de Dividendos	-20.414	-61.600	-37.111
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.619	4.115	-278
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.429	314	592
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	810	4.429	314

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	100.000	11.554	55.844	0	18.129	185.527
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	100.000	11.554	55.844	0	18.129	185.527
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-15.485	0	0	-15.485
5.04.06	Dividendos	0	0	-15.485	0	0	-15.485
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.335	42	14.377
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.042	0	14.042
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	293	42	335
5.05.02.06	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	0	0	0	0	-3.056	-3.056
5.05.02.07	Efeitos Tributários do Ajuste ao Valor de Mercado	0	0	0	0	963	963
5.05.02.08	Ajuste de Conversão de Investimento Societário no Exterior	0	0	0	0	650	650
5.05.02.09	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda - Investidas	0	0	0	0	1.485	1.485
5.05.02.10	Dividendos Prescritos	0	0	0	293	0	293
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-263	10.948	-14.335	0	-3.650
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-263	0	263	0	0
5.06.05	Dividendo Mínimo	0	0	0	-3.650	0	-3.650
5.06.06	Dividendos Adicional Proposto	0	0	10.948	-10.948	0	0
5.07	Saldos Finais	100.000	11.291	51.307	0	18.171	180.769

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	100.000	9.933	88.789	0	9.911	208.633
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	1.832	0	0	0	1.832
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	100.000	11.765	88.789	0	9.911	210.465
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-48.430	0	0	-48.430
5.04.06	Dividendos	0	0	-48.430	0	0	-48.430
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	20.436	8.218	28.654
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	20.205	0	20.205
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	231	8.218	8.449
5.05.02.06	Ajustes ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	0	0	0	0	7.681	7.681
5.05.02.07	Efeitos Tributários do Ajuste ao Valor de Mercado	0	0	0	0	-810	-810
5.05.02.08	Ajuste de Conversão de Investimento Societário no Exterior	0	0	0	0	907	907
5.05.02.09	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda - Investidas	0	0	0	0	440	440
5.05.02.10	Dividendos Prescritos	0	0	0	231	0	231
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-211	15.485	-20.436	0	-5.162
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-211	0	211	0	0
5.06.05	Dividendo Mínimo	0	0	0	-5.162	0	-5.162
5.06.06	Dividendo Adicional Proposto	0	0	15.485	-15.485	0	0
5.07	Saldos Finais	100.000	11.554	55.844	0	18.129	185.527

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	100.000	10.148	72.313	0	3.065	185.526
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	100.000	10.148	72.313	0	3.065	185.526
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-26.047	0	0	-26.047
5.04.06	Dividendos	0	0	-26.047	0	0	-26.047
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	56.073	6.846	62.919
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	55.954	0	55.954
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	119	6.846	6.965
5.05.02.06	Ajustes ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	0	0	0	0	12.486	12.486
5.05.02.07	Efeitos Tributários do Ajuste ao Valor de Mercado	0	0	0	0	-5.619	-5.619
5.05.02.08	Ajuste de Conversão de Investimento Societário no Exterior	0	0	0	0	-146	-146
5.05.02.09	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda - Investidas	0	0	0	0	125	125
5.05.02.10	Dividendos Prescritos	0	0	0	119	0	119
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-215	42.523	-56.073	0	-13.765
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	-215	0	215	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	1.226	-1.226	0	0
5.06.05	Dividendo Mínimo	0	0	0	-13.765	0	-13.765
5.06.06	Dividendo Adicional Proposto	0	0	41.297	-41.297	0	0
5.07	Saldos Finais	100.000	9.933	88.789	0	9.911	208.633

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	24.700	28.540	41.299
7.01.01	Receitas com Operações de Seguros	21.003	25.672	38.004
7.01.04	Outras	3.674	3.030	3.303
7.01.05	Provisão/Reversão de Créd. Liquidação Duvidosa	23	-162	-8
7.03	Receita Operacional Líquida	24.700	28.540	41.299
7.04	Benefícios e Sinistros	-6.628	-19.024	-22.263
7.04.01	Sinistros	-5.299	-19.232	-11.474
7.04.02	Var Prov Sinistro Ocorrido (Não Avisado)	-1.329	208	-10.789
7.05	Insumos Adquiridos de Terceiros	-15.320	-14.368	-14.866
7.05.01	Materiais, Energia e Outros	-13.262	-12.361	-12.941
7.05.02	Serviços Terceiros - Comissões Líquidas	-2.058	-2.007	-1.925
7.06	Valor Adicionado Bruto	2.752	-4.852	4.170
7.07	Retenções	-660	-676	-699
7.07.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-660	-676	-699
7.08	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.092	-5.528	3.471
7.09	VI Adic Recebido/Cedido em Transferência	46.504	62.447	93.710
7.09.01	Receitas Financeiras	26.599	20.570	27.324
7.09.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	21.714	43.014	71.837
7.09.03	Resultado Operações Resseguros Cedidos	-3.265	-2.127	-6.839
7.09.04	Resultado Operações Cosseguros Cedidos	-656	-508	107
7.09.05	Outros	2.112	1.498	1.281
7.10	Valor Adicionado Total a Distribuir	48.596	56.919	97.181
7.11	Distribuição do Valor Adicionado	48.596	56.919	97.181
7.11.01	Pessoal	15.826	15.066	15.039
7.11.01.01	Remuneração Direta	11.038	11.109	10.726
7.11.01.02	Benefícios	3.189	3.028	2.809
7.11.01.03	F.G.T.S.	1.599	929	1.504
7.11.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.734	5.443	6.462
7.11.02.01	Federais	4.282	3.708	5.121

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.11.02.02	Estaduais	15	14	19
7.11.02.03	Municipais	1.437	1.721	1.322
7.11.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	12.994	16.205	19.726
7.11.03.01	Juros	10.984	14.264	18.032
7.11.03.02	Aluguéis	2.010	1.941	1.694
7.11.04	Remuneração de Capitais Próprios	14.042	20.205	55.954
7.11.04.02	Dividendos	3.650	5.162	13.765
7.11.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	10.392	15.043	42.189

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	478.628	491.104	515.319
1.01	Ativo Circulante	216.752	229.679	239.511
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.016	5.246	1.587
1.01.01.01	Caixa e Bancos	2.016	5.246	1.587
1.01.02	Aplicações Financeiras	182.083	192.671	204.157
1.01.03	Créditos das Operações	26.423	26.481	28.908
1.01.03.01	Seguros e Resseguros	26.423	26.481	28.908
1.01.03.01.01	Prêmios a Receber	854	936	833
1.01.03.01.02	Operações com Seguradoras	142	0	0
1.01.03.01.03	Operações com Resseguradoras	1.937	2.460	3.702
1.01.03.01.04	Outros Créditos Operacionais	1.719	1.872	2.055
1.01.03.01.05	Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas	21.771	21.213	22.318
1.01.04	Títulos e Créditos a Receber	6.031	5.081	4.692
1.01.05	Outros Valores e Bens	148	146	120
1.01.07	Despesas Antecipadas	51	54	47
1.02	Ativo Não Circulante	261.876	261.425	275.808
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	144.158	147.758	148.666
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	3.558	537	3.316
1.02.01.03.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	3.558	537	3.316
1.02.01.04	Créditos das Operações	60.850	67.131	68.035
1.02.01.04.01	Operações com Resseguradoras	101	101	101
1.02.01.04.02	Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas	60.749	67.030	67.934
1.02.01.05	Títulos e Créditos a Receber	79.750	80.090	77.315
1.02.01.05.01	Créditos Tributários e Previdenciários	4.050	3.974	3.858
1.02.01.05.02	Depósitos Judiciais e Fiscais	75.700	76.116	73.457
1.02.02	Investimentos	113.072	109.090	122.486
1.02.02.01	Participações Societárias	92.298	87.995	101.267
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas no País	91.537	87.235	100.508
1.02.02.01.07	Outros Investimentos	761	760	759

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	20.774	21.095	21.219
1.02.02.02.01	Imóveis Urbanos não Destinados a Uso Próprio	20.774	21.095	21.219
1.02.03	Imobilizado	4.523	4.417	4.635
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.523	4.417	4.635
1.02.03.01.01	Imóveis de Uso Próprio	4.029	3.948	3.979
1.02.03.01.02	Bens Móveis de Uso Próprio	168	222	484
1.02.03.01.03	Outras Imobilizações	326	247	172
1.02.04	Intangível	123	160	21

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	478.628	491.104	515.319
2.01	Passivo Circulante	130.344	128.992	129.008
2.01.01	Contas a Pagar	15.189	18.037	24.204
2.01.01.01	Obrigações a Pagar	7.910	9.726	17.437
2.01.01.02	Impostos e Encargos Sociais a Recolher	1.147	1.356	604
2.01.01.03	Encargos Trabalhistas	708	760	797
2.01.01.04	Impostos e Contribuições	5.424	6.195	5.366
2.01.02	Débitos de Operações	3.270	4.459	4.098
2.01.02.01	Seguros e Resseguros	3.270	4.459	4.098
2.01.02.01.02	Operações com Resseguradoras	2.918	4.035	3.741
2.01.02.01.03	Corretores de Seguros e Resseguros	351	424	339
2.01.02.01.05	Outros Débitos Operacionais	1	0	18
2.01.03	Depósitos de Terceiros	66	25	30
2.01.04	Provisões Técnicas	111.819	106.471	100.676
2.01.04.01	Seguros e Resseguros	111.819	106.471	100.676
2.02	Passivo Não Circulante	167.515	176.585	177.678
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	167.515	176.585	177.678
2.02.01.01	Contas a Pagar	4.109	4.226	6.222
2.02.01.01.01	Tributos Diferidos	4.109	4.226	6.222
2.02.01.03	Provisões Técnicas	91.949	104.970	107.519
2.02.01.03.01	Seguros e Resseguros	91.949	104.970	107.519
2.02.01.04	Outros Passivos	71.457	67.389	63.937
2.02.01.04.01	Provisões Judiciais	71.457	67.389	63.937
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	180.769	185.527	208.633
2.03.01	Capital Social Realizado	100.000	100.000	100.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	11.291	11.554	9.933
2.03.03.01	Ativos Próprios	9.085	9.341	7.710
2.03.03.02	Controladas/Coligadas	2.206	2.213	2.223
2.03.04	Reservas de Lucros	51.307	55.844	88.789

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2.03.04.01	Reserva Legal	20.000	20.000	20.000
2.03.04.02	Reserva Estatutária	20.359	20.359	30.359
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	10.948	15.485	38.430
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	18.171	18.129	9.911

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.01	Receitas das Operações	31.295	34.608	46.657
3.01.01	Operações de Seguros	31.295	34.608	46.657
3.01.01.01	Prêmios de Seguros Ganhos	27.621	31.578	43.354
3.01.01.02	Outras Receitas de Seguros	3.674	3.030	3.303
3.02	Sinistros e Despesas das Operações	-19.704	-29.911	-37.447
3.02.01	Operações de Seguros	-19.704	-29.911	-37.447
3.02.01.01	Sinistros Retidos de Seguros	-8.149	-19.706	-22.775
3.02.01.02	Despesas de Comercialização de Seguros	-3.260	-2.987	-3.161
3.02.01.03	Outras Despesas de Seguros	-8.295	-7.218	-11.511
3.03	Resultado Bruto	11.591	4.697	9.210
3.04	Despesas Administrativas	-33.729	-31.786	-32.038
3.04.05	Despesas com Tributos	-2.560	-1.522	-3.494
3.04.08	Outras Despesas Administrativas	-31.169	-30.264	-28.544
3.05	Outras Receitas e Despesas Operacionais	-1.247	-1.839	-2.516
3.05.01	Receitas com Imóveis de Renda	1.897	1.418	1.228
3.05.02	Despesas com Imóveis Destinados à Renda/Venda	-3.359	-3.343	-3.797
3.05.03	Outros Investimentos	214	82	54
3.05.04	Ganhos ou Perdas com Ativos não Correntes	1	4	-1
3.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	21.013	43.234	72.023
3.06.01	Receitas de Equivalência Patrimonial	21.013	43.234	72.023
3.07	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-2.372	14.306	46.679
3.08	Resultado Financeiro	16.291	5.825	9.105
3.08.01	Receitas Financeiras	30.442	21.515	31.333
3.08.02	Despesas Financeiras	-14.151	-15.690	-22.228
3.09	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	13.919	20.131	55.784
3.10	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	123	74	170
3.10.01	Corrente	123	74	170
3.11	Resultado Líquido das Operações Continuadas	14.042	20.205	55.954
3.13	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	14.042	20.205	55.954

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.13.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	14.042	20.205	55.954
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação	1,74141	2,56039	6,93880
3.99.01.01	ON	1,91555	2,81643	7,63268
3.99.01.02	PN			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	14.042	20.205	55.954
4.02	Outros Resultados Abrangentes	598	8.660	7.180
4.02.01	Ajustes ao Valor de Mercados dos Títulos de Valores Mobiliários Disponíveis para Vendas	-3.056	7.681	12.486
4.02.02	Efeitos Tributários do Ajuste ao Valor de Mercado	963	-810	-5.619
4.02.03	Ajuste de Conversão de Investimento Societário no Exterior	1.485	907	-146
4.02.04	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda - Investidas	650	440	125
4.02.05	Dividendos Prescritos	293	231	119
4.02.06	Realização de Ativos - Realização (Líquida de Tributos)	263	211	215
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	14.640	28.865	63.134
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	14.640	28.865	63.134

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	17.642	65.787	35.805
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-6.746	-23.425	-17.800
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	14.042	20.205	55.954
6.01.01.02	Depreciações e Armotizações	715	685	727
6.01.01.03	Resultado da Equivalência Patrimonial	-21.013	-43.234	-72.023
6.01.01.04	Despesas com Juros	1.839	2.710	3.907
6.01.01.05	Receitas com Juros	-2.329	-3.787	-6.363
6.01.01.07	Ganho com Alienação de Investimento	0	-4	-2
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	5.189	30.766	-17.154
6.01.02.01	Ativos Financeiros	4.516	22.492	-29.461
6.01.02.02	Créditos das Operações de Seguros e Resseguros	616	904	-1.417
6.01.02.03	Ativos de Resseguros	5.723	1.929	11.744
6.01.02.04	Créditos Fiscais e Previdenciários	-928	-1.100	-932
6.01.02.05	Depósitos Judiciais e Fiscais	2.663	673	-289
6.01.02.06	Despesas Antecipadas	148	-152	5
6.01.02.08	Outros Ativos	-527	242	-1.055
6.01.02.09	Impostos e Contribuições	-18	805	-97
6.01.02.10	Outras Contas a Pagar	-295	491	88
6.01.02.11	Débitos Operacionais com Seguros e Resseguros	-1.189	467	-1.408
6.01.02.12	Depósitos de Terceiros	41	-5	-2
6.01.02.13	Provisões Técnicas - Seguros e Resseguros	-7.674	3.444	4.464
6.01.02.14	Provisões Judiciais	2.230	741	1.627
6.01.02.15	Outros Passivos	-117	-165	-421
6.01.03	Outros	19.199	58.446	70.759
6.01.03.01	Recebimentos de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	17.445	56.889	71.524
6.01.03.04	Outros Ajustes	1.754	1.557	-765
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-458	-528	-785
6.02.01	Pagamento pela Compra de Ativo Permanente - Investimentos	-35	-229	-448
6.02.02	Pagamento pela Compra de Ativo Permanente - Imobilizado	-405	-310	-340

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.02.03	Pagamento pela Compra de Ativo Permanente - Intangível	-18	0	-3
6.02.04	Recebimento pela Venda de Ativo Permanente - Investimento	0	11	6
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-20.414	-61.600	-37.111
6.03.01	Distribuição de Dividendos	-20.414	-61.600	-37.111
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.230	3.659	-2.091
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.246	1.587	3.678
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.016	5.246	1.587

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 a 31/12/2018

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Autorizadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Nilo Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	100.000	11.554	55.844	0	18.129	185.527	0	185.527
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	100.000	11.554	55.844	0	18.129	185.527	0	185.527
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-15.485	0	0	-15.485	0	-15.485
5.04.06	Dividendos	0	0	-15.485	0	0	-15.485	0	-15.485
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.335	42	14.377	0	14.377
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.042	0	14.042	0	14.042
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	293	42	335	0	335
5.05.02.06	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	0	0	0	0	-3.056	-3.056	0	-3.056
5.05.02.07	Efeitos Tributários do Ajuste ao Valor de Mercado	0	0	0	0	963	963	0	963
5.05.02.08	Ajuste de Conversão de Investimento Societário no Exterior	0	0	0	0	650	650	0	650
5.05.02.09	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores de Mobiliários Disponíveis para Venda - Investidas	0	0	0	0	1.485	1.485	0	1.485
5.05.02.10	Dividendos Prescrito	0	0	0	293	0	293	0	293
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-263	10.948	-14.335	0	-3.650	0	-3.650
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-263	0	263	0	0	0	0
5.06.05	Dividendo Mínimo	0	0	0	-3.650	0	-3.650	0	-3.650
5.06.06	Dividendos Adicional Proposto	0	0	10.948	-10.948	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	100.000	11.291	51.307	0	18.171	180.769	0	180.769

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 a 31/12/2017

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Autorizadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	100.000	9.933	88.789	0	9.911	208.633	0	208.633
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	1.832	0	0	0	1.832	0	1.832
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	100.000	11.765	88.789	0	9.911	210.465	0	210.465
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-48.430	0	0	-48.430	0	-48.430
5.04.06	Dividendos	0	0	-48.430	0	0	-48.430	0	-48.430
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	20.436	8.218	28.654	0	28.654
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	20.205	0	20.205	0	20.205
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	231	8.218	8.449	0	8.449
5.05.02.06	Ajustes ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	0	0	0	0	7.681	7.681	0	7.681
5.05.02.07	Efeitos Tributários do Ajuste ao Valor de Mercado	0	0	0	0	-810	-810	0	-810
5.05.02.08	Ajuste de Conversão de Investimento Societário no Exterior	0	0	0	0	907	907	0	907
5.05.02.09	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda - Investidas	0	0	0	0	440	440	0	440
5.05.02.10	Dividendos Prescritos	0	0	0	231	0	231	0	231
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-211	15.485	-20.436	0	-5.162	0	-5.162
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-211	0	211	0	0	0	0
5.06.05	Dividendo Mínimo	0	0	0	-5.162	0	-5.162	0	-5.162
5.06.06	Dividendo Adicional Proposto	0	0	15.485	-15.485	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	100.000	11.554	55.844	0	18.129	185.527	0	185.527

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 a 31/12/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Autorizadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	100.000	10.148	72.313	0	3.065	185.526	0	185.526
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	100.000	10.148	72.313	0	3.065	185.526	0	185.526
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-26.047	0	0	-26.047	0	-26.047
5.04.06	Dividendos	0	0	-26.047	0	0	0	0	-26.047
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	56.073	6.846	62.919	0	62.919
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	55.954	0	55.954	0	55.954
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	119	6.846	6.965	0	6.965
5.05.02.06	Ajustes ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	0	0	0	0	12.486	12.486	0	12.486
5.05.02.07	Efeitos Tributários do Ajuste ao Valor de Mercado	0	0	0	0	-5.619	-5.619	0	-5.619
5.05.02.08	Ajuste de Conversão de Investimento Societário no Exterior	0	0	0	0	-146	-146	0	-146
5.05.02.09	Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda - Investidas	0	0	0	0	125	125	0	125
5.05.02.10	Dividendos Prescritos	0	0	0	119	0	119	0	119
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-215	42.523	-56.073	0	-13.765	0	-13.765
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-215	0	215	0	0	0	0
5.06.04	Reservas Legal	0	0	1.226	-1.226	0	0	0	0
5.06.05	Dividendo Mínimo	0	0	0	-13.765	0	-13.765	0	-13.765
5.06.06	Dividendo Adicional Proposto	0	0	41.297	-41.297	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	100.000	9.933	88.789	0	9.911	208.633	0	208.633

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.01	Receitas	31.336	34.466	46.676
7.01.01	Receitas com Operações de Seguros	27.639	31.598	43.381
7.01.04	Outras	3.674	3.030	3.303
7.01.05	Provisão/Reversão de Créd. Liquidação Duvidosa	23	-162	-8
7.02	Variações das Provisões Técnicas	-18	-20	-27
7.02.01	Operações de Seguros	-18	-20	-27
7.03	Receita Operacional Líquida	31.318	34.446	46.649
7.04	Benefícios e Sinistros	-7.494	-19.199	-22.882
7.04.01	Sinistros	-6.096	-19.533	-12.011
7.04.02	Var Prov Sinistro Ocorrido (Não Avisado)	-1.398	334	-10.871
7.05	Insumos Adquiridos de Terceiros	-19.491	-17.942	-18.260
7.05.01	Materiais, Energia e Outros	-13.584	-12.770	-13.355
7.05.02	Serviços Terceiros - Comissões Líquidas	-5.907	-5.172	-4.905
7.06	Valor Adicionado Bruto	4.333	-2.695	5.507
7.07	Retenções	-715	-685	-727
7.07.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-715	-685	-727
7.08	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.618	-3.380	4.780
7.09	VI Adic Recebido/Cedido em Transferência	48.476	62.079	96.852
7.09.01	Receitas Financeiras	30.443	21.515	31.333
7.09.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	21.013	43.234	72.023
7.09.03	Resultado Operações Resseguros Cedidos	-4.436	-3.667	-7.894
7.09.04	Resultado Operações Cosseguros Cedidos	-656	-508	107
7.09.05	Outros	2.112	1.505	1.283
7.10	Valor Adicionado Total a Distribuir	52.094	58.699	101.632
7.11	Distribuição do Valor Adicionado	52.094	58.699	101.632
7.11.01	Pessoal	15.826	15.066	15.039
7.11.01.01	Remuneração Direta	11.038	11.109	10.726
7.11.01.02	Benefícios	3.189	3.028	2.809
7.11.01.03	F.G.T.S.	1.599	929	1.504

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.11.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6.065	5.797	6.717
7.11.02.01	Federais	4.613	4.062	5.376
7.11.02.02	Estaduais	15	14	19
7.11.02.03	Municipais	1.437	1.721	1.322
7.11.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	16.161	17.631	23.922
7.11.03.01	Juros	14.151	15.690	22.228
7.11.03.02	Aluguéis	2.010	1.941	1.694
7.11.04	Remuneração de Capitais Próprios	14.042	20.205	55.954
7.11.04.02	Dividendos	3.650	5.162	13.765
7.11.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	10.392	15.043	42.189

Relatório da Administração



COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

LUCRO LÍQUIDO - O lucro líquido do exercício foi de R\$ 14.042 mil, que após acréscimo de dividendos prescritos no total de R\$ 293 mil e da realização da reserva de reavaliação no valor de R\$ 263 mil, resultou no montante de R\$ 14.598 mil, para o qual propomos a seguinte destinação: dividendo obrigatório R\$ 3.650 mil e dividendo adicional proposto R\$ 10.948 mil.

SETOR DE SEGUROS - Em 2018, os prêmios de seguros de ramos elementares (exceto DPVAT) cresceram 8% em relação a 2017 e a arrecadação de planos de risco de coberturas de pessoas expandiu 10% na mesma base de comparação, registrando-se uma redução de 21% nos prêmios do seguro obrigatório DPVAT por decisão do CNSP. Para um melhor entendimento do período, a inflação foi de 3,7%% e a expectativa real de crescimento do PIB da ordem de 1,3%, devido à lenta evolução da atividade econômica, conforme divulgação da CNSEG.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO - O valor patrimonial da ação em 31/12/2018 ficou avaliado em R\$ 23,52 (R\$ 24,16, em 31/12/2017). A rentabilidade sobre o patrimônio líquido inicial foi de 7,57% (9,68%, em 31/12/2017).

DESEMPENHO OPERACIONAL:

PRÊMIOS GANHOS - Os prêmios ganhos (consolidado), com os efeitos de resseguro, alcançaram o valor de R\$ 25.755 mil (R\$ 29.446 mil, em 31/12/2017) representando um decréscimo de 12,53% em relação ao exercício anterior - nota explicativa nº 19.

SINISTROS - Os sinistros ocorridos (consolidado), com os efeitos de resseguro, incluindo despesas, atingiram a cifra de R\$ 10.719 mil (R\$ 21.241 mil, em 31/12/2017) apresentando um decréscimo de 49,54%. A sinistralidade geral sobre os prêmios ganhos foi de 41,62 % (72,14%, em 31/12/2017), sendo a participação isolada do ramo Consórcio DPVAT 81,47% (84,53%, em 31/12/2017) - nota explicativa nº 19.

PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS - O quadro de investimentos demonstra a situação atual das participações em controlada, coligada e investida sob controle comum, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial – nota explicativa nº 8.

AUDITORIA - Em atendimento à Instrução nº 381/2003, da Comissão de Valores Mobiliários, registre-se que durante o exercício de 2018 a Companhia de Seguros Aliança da Bahia efetuou pagamentos à Audicont Auditores e Consultores por serviços de auditoria, sendo certo que a Audicont não prestou qualquer outro serviço à Companhia.

Relatório da Administração

DECLARAÇÃO DE DIRETORIA - Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

AGRADECIMENTOS - Manifestamos às autoridades do setor nossa gratidão e alto apreço. Reiteramos, também, nossos agradecimentos aos nossos segurados, corretores e aos acionistas pela confiança e consideração que sempre nos têm distinguido, bem como aos nossos funcionários pelo apoio e colaboração.

HOMENAGEM - Fiel à sua dinâmica visionária e realizadora, o empresário Paulo Sérgio Freire de Carvalho Gonçalves Tourinho soube superar obstáculos e construiu, ao longo de mais de 50 anos à frente da Companhia, uma obra grandiosa, proporcional ao legado deixado à Bahia.

Ele selou uma Aliança com a vida de maneira primorosa. Iniciou sua trajetória empresarial em 1967 na Seguradora Aliança da Bahia, uma das Seguradoras mais antigas do país - em atividade desde 1870. Em 1997, assumiu a presidência e permaneceu no cargo até a data do seu falecimento em 15 de novembro de 2018.

Durante este período, se destacou pela fundação da Companhia de Seguros Aliança do Brasil, da qual foi Presidente do Conselho de Administração por nove anos. Na COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES ALIANÇA DA BAHIA, fundada em 15 de maio de 1997, foi Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente por 21 anos.

Em 1990, ele concretizou uma das suas mais importantes obras, o Hospital Aliança. Com uma proposta inovadora de integrar Centro Médico, Serviço de Exame Diagnóstico e Hospital, o Complexo Hospitalar Aliança idealizado por ele elevou os padrões da Medicina no Norte e Nordeste do país.

Em 1997, assumiu a presidência do Conselho de Curadores e o cargo de Diretor Presidente da Fundação Maria Emília Pedreira Freire de Carvalho. A Fundação, voltada para pesquisas nas áreas de Saúde e Educação, foi instituída por disposição testamentária do Dr. Pâmphilo Pedreira Freire de Carvalho.

Este percurso recheado de grandes obras e visão estratégica marcou de forma contundente a vida de todos que conviveram com Paulo Sérgio. Por isso, deixamos registrado no Relatório da nossa companhia, o nosso profundo reconhecimento e gratidão a ele que deixou em vida um grande legado de excelência e determinação.

Obrigado, Paulo Sérgio Freire de Carvalho Gonçalves Tourinho!

COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA

Salvador, 11 de fevereiro de 2019.

A ADMINISTRAÇÃO

Notas Explicativas

COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto a quantidade de ações).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Seguros Aliança da Bahia (Companhia), constituída em 1870, tem por objetivo social as operações nos segmentos de seguros de pessoas e de danos, estando atualmente operando com os ramos de acidentes pessoais coletivo e vida em grupo, participando inclusive do Consórcio DPVAT.

A Companhia, além da matriz em Salvador, opera com sucursais em São Paulo e Rio de Janeiro, bem como através de uma subsidiária integral no Uruguai denominada Companhia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As práticas contábeis adotadas pela Companhia para o registro das operações e elaboração das demonstrações financeiras individuais estão em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovados pelo órgão regulador (SUSEP), e estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído para as Entidades Abertas de Previdência Complementar, Sociedades de Capitalização, Sociedades Seguradoras e Resseguradores Locais.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Por não haver diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e o da controladora, as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em um único conjunto.

As demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram analisadas pelo Conselho de Administração em 20 de fevereiro de 2019.

Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A moeda funcional e de apresentação é o real (R\$), sendo os valores das demonstrações financeiras individuais e consolidadas expressas em milhares de reais.

Notas Explicativas

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e considera os seguintes principais aspectos:

- Prêmios e comissões

Os prêmios e comissões são apropriados ao resultado pela emissão das respectivas apólices, deduzidos dos cancelamentos, restituições, resseguros (no Uruguai) e informações do Consórcio DPVAT e diferidos de acordo com o prazo de vigência das apólices, atualizados monetariamente, quando aplicável.

- Retrocessões

O resultado de retrocessões, decorrente de indenizações, provisões técnicas, outras receitas/despesas, é apropriado trimestralmente, com base nos valores informados pelo IRB - Brasil Resseguros S.A., atualizados monetariamente, quando aplicável. Os valores de retrocessões correspondem às transações residuais de participação obrigatória, não estando a Companhia operando pelas condições facultativas.

b) Ativo circulante e realizável a longo prazo (não circulante)

I – Instrumentos Financeiros – Classificação e mensuração (nota explicativa nº 4)

- Títulos para negociação (nota explicativa nº 4)

Representam títulos e valores mobiliários não derivativos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e são reconhecidos ao valor justo, mensalmente, na demonstração do resultado.

- Títulos mantidos até o vencimento (nota explicativa nº 4)

Representam títulos e valores mobiliários não derivativos para os quais existem intenção e capacidade financeira para mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos ganhos auferidos, os quais são creditados no resultado.

- Títulos disponíveis para venda (nota explicativa nº 4)

Representam títulos e valores mobiliários não derivativos que não se enquadram nas outras categorias. São ajustados ao valor de mercado, computando-se as valorizações ou desvalorizações em contrapartida à conta “ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido, com seu respectivo efeito tributário. Quando da alienação dos títulos procede-se à baixa dos ganhos ou perdas para o resultado.

Notas Explicativas

- **Empréstimos e recebíveis**

Representam ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos, quando aplicável, menos perda por redução ao valor recuperável. Nesta categoria se encontram os prêmios de seguro a receber, os sinistros pagos a recuperar, aluguéis e outros créditos operacionais.

A provisão para redução do valor dos créditos de realização duvidosa está constituída tomando por base os valores vencidos há mais de 60 dias, para os saldos de prêmios a receber; 180 dias para os saldos de sinistros a recuperar do IRB - Brasil Resseguros S/A. referentes aos sinistros pagos; e para os demais créditos o montante suficiente para suportar a perda esperada.

A Companhia não praticou ajustes a valor presente sobre estes itens por não serem aplicáveis.

II – Demais itens

Os demais itens classificados no ativo circulante e no realizável a longo prazo (não circulante) são demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais incorridos.

A provisão para redução do valor dos demais créditos de realização duvidosa é constituída em base suficiente para suportar a perda, quando aplicável.

Nos ativos circulante e não circulante, na rubrica “ativos de resseguros – provisões técnicas”, está considerada a parte do ressegurador no montante das provisões de sinistros a liquidar e de despesas relacionadas – PDR.

As participações do ressegurador nas demais provisões técnicas estão consideradas na mesma rubrica do ativo circulante.

A Companhia não praticou ajustes a valor presente sobre estes itens por não serem aplicáveis.

c) **Investimentos**

As participações societárias em controlada, coligada e sob controle comum são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, para fins das demonstrações financeiras individuais. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio das investidas, a investidora reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os demais investimentos, representados por outras participações societárias, são contabilizados pelo custo de aquisição, reduzidos ao valor recuperável, quando aplicável.

Notas Explicativas

Neste grupo estão classificados, também, os imóveis urbanos não destinados ao uso próprio, aplicando-se o método de custo deduzido de depreciações e perdas considerando a última reavaliação, em 2006.

Um item do grupo de investimentos é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu custo ou venda.

A composição detalhada do grupo de investimentos consta da nota explicativa nº 8.

d) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição/formação, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas por redução ao valor recuperável, exceto quanto aos imóveis (terrenos e edificações) que foram reavaliados a preços de mercado em dezembro de 2006.

A Companhia revê a necessidade de constituir provisão para redução do ativo ao valor recuperável sobre os itens do imobilizado (impairment), bem como as taxas de depreciação, no final de cada exercício.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu custo ou venda.

A composição detalhada do imobilizado consta da nota explicativa nº 9.

e) Intangível

Representa o custo de aquisição e desenvolvimento de softwares, deduzido das amortizações que são calculadas pelo método linear à taxa de 20% a.a.

f) Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. Com referência às provisões técnicas a Companhia aplicou as normas previstas na Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015 e na circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas alterações posteriores.

• Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)

Calculada “pro-rata” dia com base nos prêmios emitidos e prêmios de resseguro e tem por objetivo provisionar a parcela de prêmios correspondente ao período a decorrer na data-base de cálculo. Quando aplicável, é constituída, também, para riscos vigentes e não emitidos. Não houve contabilização para esta provisão na controladora.

Notas Explicativas

- **Provisão de sinistros a liquidar (PSL)**

Provisão constituída mensalmente com base na estimativa dos valores a indenizar ao segurado, incluindo encargos financeiros, realizada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, em valor considerado suficiente para fazer face aos compromissos futuros, líquida da responsabilidade do cossegurador e bruta de resseguros. Para os sinistros em litígio, a Companhia classifica as provisões no circulante e não circulante em função do tempo de expectativa de liquidação da obrigação. A parcela referente às operações de retrocessões toma como base as informações recebidas do IRB-Brasil Resseguros S.A. O montante correspondente ao Consórcio DPVAT é baseado nas informações da Seguradora Líder.

- **Provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER)**

Trata-se de uma parcela específica da provisão de sinistros a liquidar (PSL) com o objetivo de ajustar, agregadamente, os valores de sinistros avisados e não pagos. Esta provisão é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, descritas em nota técnica atuarial, e com base no desenvolvimento histórico dos sinistros, também líquida da responsabilidade do cossegurador e bruta de resseguros. Não houve indicação para registro contábil, conforme estudo atuarial.

- **Provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)**

Constituída mensalmente para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros ocorridos e não avisados nas esferas administrativas e judiciais, incluindo as parcelas de cosseguros aceitos, segundo nota técnica atuarial, líquida da responsabilidade do cossegurador e bruta de resseguro. Para o ramo DPVAT a provisão é constituída com base nas informações da Seguradora Líder.

- **Provisão de despesas relacionadas (PDR)**

Constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações, abrangendo tanto as despesas individuais para cada sinistro, quanto às despesas relacionadas a sinistros de forma agrupada líquida de cosseguros cedidos e bruta de resseguros, incluindo o Consórcio DPVAT.

- **Teste de adequação de passivos (TAP)**

O Pronunciamento CPC 11- Contratos de Seguros requer que as seguradoras e operadoras emitentes de contratos classificados como contratos de seguro analisem a adequação dos passivos, constituídos pelas provisões técnicas, registrados em cada data de divulgação semestral e anual das demonstrações financeiras, através de um teste de adequação de passivos (TAP), observando-se as regras definidas e procedimentos para sua realização, conforme normas do órgão regulador.

Notas Explicativas

Este teste deve avaliar as obrigações decorrentes dos contratos e certificados dos planos de seguro, a ser elaborado utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas.

As estimativas correntes dos fluxos de caixa, dessas obrigações, deverão considerar todos os riscos assumidos até a data-base do teste, sendo brutas de resseguro para as sociedades seguradoras, descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de riscos definidas pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais), conforme determinação da SUSEP, e comparadas com as provisões técnicas constituídas em junho e dezembro de cada ano.

Se o resultado do teste de adequação de passivo relativo a prêmios registrados/não registrados indicar insuficiência, já deduzida a parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil na data-base dos títulos “mantidos até o vencimento” em garantia das provisões técnicas, a Companhia deverá reconhecê-la na provisão complementar de cobertura (PCC); se o resultado do teste relativo às demais provisões técnicas (PSL, PDR, IBNR) indicar insuficiência, a Companhia deverá reconhecê-la na própria provisão técnica deficitária e ajustar a sua metodologia e recalculer o teste de adequação.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia efetuou o “teste de adequação de passivos (TAP)” e concluiu que as provisões técnicas constituídas estão adequadas para o cumprimento das obrigações contratuais junto aos seus segurados, não sendo necessária qualquer contabilização adicional de provisão ou ajustes nas próprias provisões técnicas.

• Provisões para tributos diferidos

As provisões para tributos diferidos são calculadas sobre os efeitos diferidos decorrentes de valores não tributáveis temporariamente. Estas provisões são constituídas sobre os ganhos não realizados na carteira de ações e sobre a reserva de reavaliação (em 2006) de terrenos e edificações. A composição detalhada destas provisões consta da nota explicativa nº 10.

• Provisões judiciais fiscais

Os valores das provisões judiciais fiscais decorrem de questionamentos judiciais e são atualizados monetariamente, de acordo com os índices legais aplicáveis às diversas circunstâncias. A composição detalhada destas provisões consta na nota explicativa nº 11.

A Companhia não praticou ajustes a valor presente sobre estas provisões por não serem aplicáveis.

Notas Explicativas

g) Estimativas contábeis

A elaboração das informações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem cálculos para redução ao valor recuperável de contas a receber, imóveis (vidas úteis e impairment), provisões técnicas, fiscais e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente.

h) Critérios de consolidação

No processo de consolidação são eliminados os saldos de contas intercompanhias, o investimento na controlada, as receitas, despesas e os lucros não realizados decorrentes de transações entre as Companhias consolidadas, quando aplicável.

A controlada Companhia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A. foi autorizada a funcionar em 24 de maio de 1993 pelo Poder Executivo do Uruguai no segmento de transporte.

Para fins de consolidação, os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos em reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do período e as contas de resultado pela média mensal da taxa de câmbio. O valor líquido das diferenças cambiais resultantes dessa conversão é contabilizado no patrimônio líquido, em linha específica.

i) Resultado por ação

A Companhia efetua o cálculo do lucro líquido por ação utilizando a média ponderada das ações em circulação (ordinárias e preferenciais) durante o período correspondente ao resultado, sendo o mesmo para o básico e o diluído.

j) Demonstração do fluxo de caixa

A referida demonstração foi elaborada pelo método indireto, conforme permissão prevista pelo órgão regulador.

k) Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como suplemento das demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS's).

A DVA foi preparada conforme as disposições contidas no Pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Notas Explicativas

4.APLICAÇÕES (CONSOLIDADO)

	31/12/2018			31/12/2017		
	Custo de Aquisição	Saldos	%	Custo de Aquisição	Saldos	%
Ativo Circulante						
a) Títulos para negociação (valor justo por meio do resultado)						
Títulos de renda fixa						
. Títulos de renda fixa – Privados	59.070	62.887	33,9	64.930	67.426	34,9
. Títulos de renda fixa – Públicos (Uruguai)	8.054	12.052	6,5	6.966	10.016	5,2
Subtotal	67.124	74.939	40,4	71.896	77.442	40,1
Quotas de fundos de investimentos (DPVAT)	-	77.587	41,8	-	72.294	37,4
b) Títulos mantidos até o vencimento (custo amortizado)						
Títulos de renda fixa						
. Títulos de renda fixa – Públicos (LTN)	300	470	0,2	2.304	3.273	1,7
c) Títulos disponíveis para venda (valor justo por meio de outros resultados abrangentes)						
. Títulos de renda variável	12.374	28.928	15,6	19.893	39.508	20,4
. Redução ao valor recuperável	-	(6)	-	-	(11)	-
Subtotal	12.374	28.922	15,6	19.893	39.497	20,4
d) Outras aplicações (custo amortizado)	165	165	0,1	165	165	0,1
Subtotal	-	182.083	98,1	-	192.671	99,7
Ativo Não Circulante						
Títulos mantidos até o vencimento (valor justo por meio do resultado)						
Títulos de renda fixa						
. Títulos de renda fixa – Públicos (LFT)	3.451	3.558	1,9	300	537	0,3
Total de aplicações	-	185.641	100	-	193.208	100

Independentemente da nomenclatura atualizada para as aplicações indicadas neste quadro não houve mudança de mensuração, comparativamente com o exercício anterior, que impactasse diferentemente o resultado ou outros resultados abrangentes.

Notas Explicativas

4.1 MOVIMENTO DE APLICAÇÕES (CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE - CONSOLIDADO)

	Saldos em 31/12/2016	Aplicação	Resgate	Rendimento	Ganho/(Perda)	Saldos em 31/12/2017	Aplicação	Resgate/(Venda)	Rendimento	Ganho/(Perda)	Saldos em 31/12/2018
Títulos de Renda Fixa - Privados	97.712	100.900	(139.009)	7.823	-	67.426	39.100	(46.877)	3.238	-	62.887
Títulos de renda fixa - Públicos	3.316	-	-	494	-	3.810	3.451	(3.610)	377	-	4.028
Títulos de Renda Fixa - Públicos - Uruguai	8.432	19.370	(17.658)	799	(1.127)	10.016	15.191	(14.521)	938	428	12.052
Quotas e Fundos de Investimentos (DPVA1)	66.032	6.050	(6.783)	6.995	-	72.294	5.858	(5.452)	4.887	-	77.587
Títulos de renda variável	31.822	-	-	-	7.686	39.508	-	(7.818)	-	(2.762)	28.928
Redução ao Valor Recuperável	(6)	-	-	-	(5)	(11)	-	-	-	5	(6)
Doutros	165	-	-	-	-	165	-	-	-	-	165
Totais	207.473	126.320	(163.450)	16.111	6.554	193.208	63.600	(79.278)	9.440	(2.329)	185.641

5. MOVIMENTO DE PRÊMIOS A RECEBER (CONSOLIDADO)

	Saldos em 31/12/2016	Emissão	Cobrança	Redução ao valor recuperável	Saldo em 31/12/2017	Emissão	Cobrança	Redução ao valor recuperável	Saldo em 31/12/2018
833	6.775	(6.569)	(88)	(15)	936	7.995	(7.493)	(76)	854

5.1 POSIÇÃO DE VINCÊNCIAS E VENCIDAS (CONSOLIDADO)

	de 01 a 30	de 31 a 60	de 61 a 120	de 121 a 180	Superior a 180 e >365	Total em 31/12/2017	de 01 a 30	de 31 a 60	de 61 a 120	de 121 a 180	Superior a 180 e >365	Total em 31/12/2018
Vincendas	909	-	-	-	-	909	812	-	-	-	-	812
Vencidas	27	309	30	25	16	407	42	416	48	29	15	550
Redução ao valor recuperável	-	(309)	(30)	(25)	(16)	(389)	-	(416)	(48)	(29)	(15)	(508)
TOTALS	936	-	-	-	-	936	854	-	-	-	-	854

Notas Explicativas

6. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS (CONTROLADORA)

Referem-se ao valor de contribuição previdenciária incidente sobre remunerações pagas a administradores e trabalhadores autônomos, indevidamente recolhida no período compreendido entre outubro de 1988 e setembro de 1991. A cobrança dessa contribuição foi questionada judicialmente pela Companhia, que obteve decisão definitiva favorável, mas não pôde, até a presente data, executar o julgado, porque a referida decisão foi tida como de cunho meramente declaratório, tendo sido este o motivo pelo qual, no ano de 2009, a Companhia ingressou com outra ação, com vistas a condenar a União a devolver os valores cuja cobrança já foi declarada inconstitucional em processo anterior.

Recentemente, esta segunda ação foi definitivamente julgada de forma favorável à Companhia, motivo pelo qual estão sendo tomadas as providências cabíveis para habilitar o crédito no valor de R\$ 4.050, atualizado até dezembro de 2018, perante a Receita Federal do Brasil, com intuito de compensá-lo com tributos federais vincendos.

A Companhia não vem reconhecendo contabilmente os créditos tributários resultantes de bases negativas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, de prejuízos fiscais acumulados e de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de apuração de resultados. Este procedimento decorre do fato de não haver, no momento, expectativa de base tributável futura relacionada com as suas atividades operacionais. Em 31 de dezembro de 2018, a base de cálculo negativa da CSLL montava a R\$ 73.852 (R\$ 71.039, em 31/12/2017) e o saldo de prejuízos fiscais a R\$ 78.057 (R\$ 75.597, em 31/12/2017). Aplicando-se as respectivas alíquotas sobre os referidos valores, verifica-se a existência de crédito fiscal não contabilizado em favor da Companhia, correspondente a aproximadamente R\$ 34.284 (R\$ 33.107, em 31/12/2017), cuja compensação, apesar de não estar adstrita a qualquer prazo prescricional, encontra-se limitada a 30% dos lucros tributáveis gerados anualmente.

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS (CONTROLADORA)

A Administração da Companhia, em conjunto com os seus consultores jurídicos, entende ser indevida a cobrança de determinados tributos.

Desse modo, a Companhia ajuizou ações judiciais através das quais discute a cobrança da Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, tendo efetuado depósitos judiciais com o intuito de provocar a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários em litígio.

Adicionalmente, a Companhia vem depositando judicialmente valores decorrentes de processos movidos por terceiros, por entender serem discutíveis as reivindicações quanto a sinistros reclamados e questões trabalhistas e fiscais, dentre outras.

Notas Explicativas

Os principais valores depositados constantes do realizável a longo prazo são:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Depósitos judiciais – Sinistros	3.157	5.852
Depósitos judiciais – IRB e congêneres	2.040	3.051
PIS	15.918	13.531
COFINS	54.153	52.309
Taxa de Ocupação-União	161	1.010
Trabalhistas	74	74
CSLL – 2011	139	133
Outros depósitos	58	156
	<u>75.700</u>	<u>76.116</u>

Os passivos tributários correspondentes aos valores depositados judicialmente, acima especificados, devidamente atualizados monetariamente, estão reconhecidos contabilmente, pelo valor do litígio, sob a rubrica “provisões judiciais” (passivo não circulante), quando aplicável, conforme resumido na nota explicativa nº 11. Para os depósitos judiciais relacionados com processos de sinistros, há passivo equivalente sob a rubrica “provisões técnicas” no passivo não circulante.

Notas Exp

8. INVESTIMENTOS (CONTROLADORA)

A composição dos investimentos está representada por:

	31/12/2018	31/12/2017
Participações societárias e outros investimentos	106.404	99.916
Propriedades para investimento	20.774	21.055
	<u>127.178</u>	<u>121.011</u>

A seguir estão demonstradas a composição e movimentação dos grupos de investimentos.

I - Participações societárias e outros investimentos

CONTROLADA	31/12/2018	31/12/2017	N.º de Participação	Capital social		Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) líquido		Valor do investimento		Equivalência patrimonial	
				31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Companhia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A. - 16.000.000 ações ON em 2018 e 2017	100,0	100,0	100,0	8.015	7.132	14.106	11.921	700	(220)	14.106	11.921	700	(220)
COLIGADA													
Brasão Capitalização S.A. - 51.292.002 ações ON em 2018 e em 2017 - (A)	15,8	15,8	15,8	231.264	231.264	381.121	355.417	119.554	248.709	60.135	56.266	18.927	39.373
INVESTIDA SOB CONTROLE COMUM													
Companhia de Participações Aliança da Bahia - 176.200 ações ON e 590.221 ações PN em 2018 e 2017 - (B)	5,9	5,9	5,9	410.359	410.359	523.160	519.253	35.611	37.147	31.202	30.960	2.087	3.861
OUTRAS PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS													
Outras participações										825	824		
										<u>825</u>	<u>824</u>		
Redução ao valor recuperável										106.468	96.980		
										<u>(146)</u>	<u>(146)</u>		
OUTROS INVESTIMENTOS										<u>106.322</u>	<u>99.834</u>		
Instrumentos fiscais										128	128		
Redução ao valor recuperável										<u>(46)</u>	<u>(46)</u>		
										<u>82</u>	<u>82</u>		
										<u>106.404</u>	<u>99.876</u>		

(A) A participação da Companhia sobre o capital votante é de 23,75% e de 15,83% do capital total. Em 22 de fevereiro de 2018, a coligada creditou dividendos complementares no valor de R\$ 7.199. Em 02 de agosto de 2018 foi aprovada a distribuição de dividendos por conta do lucro líquido do semestre findo em 30 de junho de 2018, cabendo a esta Companhia o valor de R\$ 4.343, bem como pagou juros sobre o capital de R\$ 3.315, em dezembro deste ano. Em 15 de fevereiro de 2019, a coligada creditou dividendos complementares no valor de R\$ 1.805.

(B) Em cumprimento à nova redação do artigo 248 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, esse investimento é avaliado pelo método da equivalência patrimonial por estar sob controle comum. Nossa participação no dividendo mínimo de 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 564.

II. Propriedades para investimento

	31/12/2018	31/12/2017	Taxas anuais de depreciação	
			Valor líquido	Valor líquido
Imóveis urbanos não destinados ao uso próprio				
Terrenos	13.936	(202)	13.734	13.734
Edificações e benfeitorias	11.070	(121)	7.040	7.361
	<u>25.006</u>	<u>(324)</u>	<u>20.774</u>	<u>21.095</u>

(C) A Companhia vem depreciando os bens reavaliados com base na vida útil econômica remanescente estimada para cada bem, conforme laudos de avaliação (nota 3). Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui imóveis com valor líquido de R\$ 2.367 (R\$ 2.561, em 31/12/2017) oferecidos em garantia de processos judiciais relacionados com sinistros e tributos.

Notas Explicativas

II - Movimentação dos Investimentos (Controladora)

Participações Societárias	Saldo em 31/12/2016	Adição	Depreciação	Baixa	Juros s/ Capital e Dividendo	Ajuste avaliação patrimonial	Equivalência patrimonial	Conversão acumulada	Saldo em 31/12/2017
CONTROLADA									
Companhia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A.	11.234	-	-	-	-	-	(221)	907	11.921
COUGADA/INVESTIDA SOB CONTROLE COMUM									
Brasileop Capitalização S.A.	71.812	-	-	-	(54.519)	-	19.171	-	56.266
Companhia de Participações Aliança da Bahia	29.096	-	-	-	(2.428)	440	3.861	-	30.969
OUTROS INVESTIMENTOS									
Duas participações	824	7	-	(7)	-	-	-	-	824
[-] Redução ao valor recuperável	(146)	-	-	-	-	-	-	-	(146)
Ações de incentivos fiscais	128	-	-	-	-	-	-	-	128
[-] Redução ao valor recuperável	(47)	0	-	-	-	-	-	-	(46)
Propriedades para investimento									
Custo de aquisição/revolução	24.751	222	-	-	-	-	-	-	24.973
[-] Depreciação	(3.668)	-	(346)	-	-	-	-	-	(4.014)
[-] Redução ao valor recuperável	(210)	-	-	-	-	-	-	-	(210)
TOTAL	133.720	230	(346)	(7)	(56.947)	440	43.014	907	121.011
Participações Societárias									
CONTROLADA									
Companhia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A.	11.921	-	-	-	-	-	700	1.485	14.106
COUGADA/INVESTIDA SOB CONTROLE COMUM									
Brasileop Capitalização S.A.	56.266	-	-	-	(14.858)	-	18.927	-	60.335
Companhia de Participações Aliança da Bahia	30.969	-	-	-	(2.504)	650	2.087	-	31.232
OUTROS INVESTIMENTOS									
Duas participações	824	0	-	-	-	-	-	-	824
[-] Redução ao valor recuperável	(146)	-	-	-	-	-	-	-	(146)
Ações de incentivos fiscais	128	-	-	-	-	-	-	-	128
[-] Redução ao valor recuperável	(46)	-	-	-	-	-	-	-	(46)
Propriedades para investimento									
Custo de aquisição/revolução	24.973	33	-	-	-	-	-	-	25.006
[-] Depreciação	(4.014)	-	(354)	-	-	-	-	-	(4.368)
[-] Redução ao valor recuperável	(210)	-	-	-	-	-	-	-	(210)
TOTAL	121.011	34	(354)	-	(17.362)	650	21.714	1.485	127.178

Notas Explicativas

IV - Resumo das características dos imóveis classificados como propriedades para investimento

A Companhia mantém no seu ativo, no grupo de investimentos, imóveis que não são utilizados nas suas atividades administrativas e operacionais. Estes imóveis estão disponíveis para locação e futura venda, inclusive os que estavam em garantia das provisões técnicas até 31 de outubro de 2017, permanecendo outros imóveis em garantia de processos relacionados com sinistros e tributos.

a) Unidades imobiliárias

O quadro abaixo demonstra a composição atual das unidades imobiliárias (classificação e quantidade).

Muitos imóveis são das décadas compreendidas entre 1930 e 1960 e outros de maior potencialidade econômica foram incorporados ao patrimônio da Companhia a partir da década de 1970.

Descrição	Locaças	Disponíveis p/Locação ou Venda	Total
Terrenos	1	14	15
Prédio residencial	1	-	1
Prédios comerciais	7	3	10
Apartamentos	3	2	5
Salas	33	29	62
Lojas	6	6	12
Casas	6	3	9
Conjuntos comerciais	11	6	17
Total	68	63	131

b) Posição de Aluguéis a Receber

Em 31/12/2018

A	VENCIDO								Total
	30 dias	60 dias	90 dias	120 dias	150 dias	180 dias	>180 até 360 dias	> 360 dias	
198	11	33	31	30	28	7	110	757	1.205
Redução ao valor recuperável									(502)
Total									703

Em 31/12/2017

A	VENCIDO								Total
	30 dias	60 dias	90 dias	120 dias	150 dias	180 dias	>180 até 360 dias	> 360 dias	
189	12	9	9	8	8	8	59	793	1.095
Redução ao valor recuperável									(460)
Total									635

Notas Explicativas

c) Reajuste médio auferido nos contratos de aluguel

Os reajustes contemplam a variação anual do IGPM/FGV, conforme pactuado em cada contrato. Quando das renovações a Companhia adota, quando possível, o preço de mercado.

d) Eventuais riscos adicionais a que estão expostos os créditos de aluguéis a receber e os investimentos

Os créditos decorrentes de aluguéis estão sujeitos a risco de inadimplência. A Companhia adota políticas cabíveis para a cobrança dos valores vencidos, de modo a não incorrer em perdas. Os créditos, cuja liquidação é duvidosa, possuem expectativas de perdas reconhecidas no resultado no montante de R\$ 502 (R\$ 460, em 31/12/2017).

Os investimentos em imóveis, no valor de R\$ 20.774 (R\$ 21.095, em 31/12/2017), estão acrescidos de uma avaliação a valor de mercado realizada em 2006, no montante líquido de R\$ 10.690 (R\$ 10.917, em 31/12/2017).

A maioria dos imóveis foi adquirida para cobertura das provisões técnicas e cobertura do capital, segundo as normas vigentes na época, além de constituir, também, uma garantia patrimonial. Até 31 de outubro de 2017, a Companhia utilizou o limite de 8% para cobertura das provisões técnicas, extinguindo-se esse direito a partir de 03/11/2017. Os imóveis mais antigos estão situados em área decadente, na “parte antiga” de Salvador. Alguns deles estão alugados na expectativa de futura revitalização da área. Em se tratando de terrenos e prédios bem localizados e não alugados, a Companhia mantém gastos com vigilância e seguros. Portanto, não existem riscos que possam afetar o patrimônio da Companhia.

Notas Explicativas

9. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

Movimentação do Imobilizado	Saldos em 31/12/2016	Adição	Depreciação	Baixa	Transferência	Saldos em 31/12/2017	Adição	Depreciação	Baixa	Transferência	Saldos em 31/12/2018	Taxas anuais de depreciação
IMÓVEIS												
Terrenos – Custo / Reavaliação												
Custo de aquisição	946	-	-	-	23	969	-	-	-	-	965	
(-) Redução ao valor recuperável	(80)	-	-	-	-	(80)	-	-	-	-	(80)	
Edificações – Custo/Reavaliação												
Custo de aquisição	5.126	95	-	-	51	5.272	-	-	-	291	5.563	Nota (A)
(-) Depreciação	(2.013)	-	(200)	-	-	(2.213)	-	(210)	-	-	(2.423)	
BENS MÓVEIS												
Informática - hardware												
Custo de aquisição	287	4	-	(26)	-	265	28	-	-	-	293	20%
Custo de aquisição - Uruguai	355	-	-	(193)	-	162	7	-	-	-	169	
(-) Depreciação	(140)	-	(55)	26	-	(169)	-	(55)	-	-	(224)	
(-) Depreciação - Uruguai	(153)	-	(9)	-	-	(162)	-	-	(7)	-	(169)	
Outros - equipamentos												
Custo de aquisição	17	20	-	-	-	37	-	-	-	-	37	10%
(-) Depreciação	(4)	-	(2)	-	-	(6)	-	(4)	-	-	(10)	
Móveis, máquinas e utensílios												
Custo de aquisição	393	31	-	(163)	-	261	3	-	-	-	264	10%
Custo de aquisição - Uruguai	14	-	-	(2)	-	12	-	-	-	-	12	
(-) Depreciação	(308)	-	(27)	163	-	(172)	-	(23)	-	-	(195)	
(-) Depreciação - Uruguai	(13)	-	-	1	-	(12)	-	-	-	-	(12)	
Veículos												
Custo de aquisição	1.911	-	-	-	-	1.911	-	-	-	-	1.911	20%
(-) Depreciação	(1.874)	-	(31)	-	-	(1.905)	-	(3)	-	-	(1.908)	
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES												
Custo de aquisição	267	159	-	-	(74)	352	374	-	(109)	(291)	326	10%
(-) Depreciação	(96)	-	(9)	-	-	(105)	-	(4)	109	-	-	
TOTAL	4.635	309	(333)	(194)	-	4.417	412	(299)	(7)	-	4.523	

(A) A Companhia deprecia os bens reavaliados com base na vida útil econômica remanescente estimada para cada bem, conforme laudos de avaliação (nota explicativa nº 30). A depreciação dos demais itens do imobilizado, avaliados ao custo de aquisição, é calculada pelo método linear, com base em taxas (demonstradas retro) que levam em consideração a estimativa da vida útil econômica remanescente dos bens. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía ativo imobilizado representado por imóveis com valor líquido de R\$ 930 (R\$ 1.227, em 31/12/2017), oferecidos em garantia de processos judiciais relacionados com sinistros e tributos.

Notas Explicativas

10. PROVISÕES DE TRIBUTOS DIFERIDOS (CONTROLADORA)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Passivo Circulante		
Impostos e Contribuições		
Imposto de renda s/ações	2.896	3.431
CSLL s/ações	2.316	2.744
Outros não diferidos	212	20
	<u>5.424</u>	<u>6.195</u>
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Passivo Não Circulante		
Imposto de renda s/imóveis	2.262	2.326
CSLL s/imóveis	1.847	1.900
	<u>4.109</u>	<u>4.226</u>

A provisão constituída no passivo circulante refere-se aos ajustes do valor de mercado de títulos e valores mobiliários, registrados no patrimônio líquido sob o título “ajustes de avaliação patrimonial” e a constituída no passivo não circulante refere-se aos efeitos tributários fiscais futuros relativos à realização da reserva de reavaliação de terrenos e edificações (em 2006), considerando a compensação de prejuízos fiscais e bases negativas da CSLL.

11. PROVISÕES JUDICIAIS FISCAIS E CÍVEIS (CONTROLADORA)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Passivo Não Circulante		
PIS	16.011	13.538
COFINS	54.724	52.355
CSLL – 2011	139	133
Taxa de ocupação	161	1.010
Provisões Cíveis	348	353
Provisões Trabalhistas	74	-
	<u>71.457</u>	<u>67.389</u>

Os passivos fiscais correspondem a valores relativos a tributos federais cujas respectivas exigibilidades vêm sendo discutidas judicialmente, conforme descrito a seguir:

As provisões cíveis referem-se às reclamações judiciais relacionadas a sinistros ocorridos fora da vigência das apólices, sinistros liquidados administrativamente e posteriormente reclamados na justiça, bem como sinistros envolvendo veículos não segurados.

Notas Explicativas

PIS: A cobrança da contribuição ao PIS vem sendo discutida em quatro ações. A primeira objetivou o não recolhimento do PIS nos moldes da interpretação dada pela Medida Provisória nº 517/94 à Emenda Constitucional nº 1/94, tendo já havido um desfecho desfavorável à Companhia. Como, em paralelo, correu um processo administrativo que discutiu a cobrança de parte das contribuições que foram depositadas em juízo nessa ação judicial e neste foi obtida uma decisão favorável, com o retorno do processo judicial à vara de origem, a Companhia pleiteou o levantamento de parte do montante depositado judicialmente, pedido este que ainda não foi apreciado pelo Juiz competente, sendo possível que o desfecho final venha a ser desfavorável à Companhia. Foi também impetrado Mandado de Segurança objetivando o não recolhimento do PIS, dos períodos compreendidos entre 01/01/96 e 05/06/96 e 01/07/97 e 23/02/98, em vista da não observância dos princípios da irretroatividade e anterioridade nas Emendas Constitucionais nºs 10/96 e 10/97. Em 2013, foi impetrado outro Mandado de Segurança com vistas a afastar a cobrança da contribuição relativa aos meses de fevereiro e março de 1997, uma vez que, quando os valores correspondentes foram lançados pelo Fisco Federal, já teria se consumado o prazo de decadência do direito ao lançamento. Em maio de 2016, a Companhia ingressou com ação judicial para questionar a cobrança do PIS supostamente incidente sobre as receitas decorrentes da manutenção de ativos garantidores de suas reservas técnicas (receitas financeiras e de aluguéis). Os valores correspondentes foram depositados em juízo e são possíveis as chances de perda dessas três últimas questões.

COFINS: A cobrança da COFINS vem sendo discutida em duas ações. Grande parte do valor está sendo discutido no bojo de um Mandado de Segurança que objetiva o reconhecimento do direito de a Companhia não proceder ao recolhimento da COFINS, uma vez que, sendo inconstitucional o alargamento da base de cálculo previsto na Lei nº 9.718/98, não é ela contribuinte da COFINS. Para uma parte do valor discutido, relativo à COFINS incidente sobre as receitas de prêmios de seguros, que foi, inclusive, depositada judicialmente, a expectativa de perda é "Possível"; já para a parcela do valor discutido relativa à COFINS incidente sobre outras receitas, tais como receitas financeiras e de aluguéis, a expectativa de perda é "Remota", de forma que os valores depositados em juízo a este título, que montam aproximadamente a R\$ 16.803 (R\$ 16.396, em 31/12/2017), deverão ser devolvidos à Companhia. O saldo remanescente está sendo discutido na mesma ação ajuizada em maio de 2016, referida no tópico acima (PIS), relativa à cobrança da COFINS supostamente incidente sobre as receitas decorrentes da manutenção de ativos garantidores de suas reservas técnicas (receitas financeiras e de aluguéis), com expectativa de perda possível.

TAXA DE OCUPAÇÃO: A Companhia vinha contestando a cobrança da Taxa em relação a quatro de seus imóveis, porém desistiu das ações judiciais para incluir os débitos correlatos no PERT, instituído pela Medida Provisória nº 783/2017, que foi convertida na Lei nº 13.496/2017. Os depósitos judiciais correlatos foram convertidos em renda da União Federal e o saldo remanescente refere-se a taxas relativas a imóveis que não pertencem à Companhia.

Notas Explicativas

CSLL: Mandado de Segurança preventivo com a finalidade de ver reconhecido o direito líquido e certo de não se submeter à cobrança de CSLL sobre os valores correspondentes às despesas relativas a tributos com exigibilidade suspensa. Também em relação a essa causa, a Companhia desistiu do litígio para incluir os débitos correlatos no PERT, instituído pela Medida Provisória nº 783/2017, que foi convertida na Lei nº 13.496/2017. Como houve depósito judicial do montante contabilizado, este será mantido nos registros da Companhia até que venham a ser convertidos em renda da União Federal, o que já está sendo providenciado no processo correlato.

Os valores relacionados com as discussões acima reportadas, por se referirem a obrigações legais, são registrados contabilmente independentemente de sua probabilidade de perda.

Outras contingências: Além dos processos para os quais os valores correspondentes foram devidamente contabilizados, existem outros, referentes à Taxa de Localização e Funcionamento – TLF e ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, que não foram reconhecidos contabilmente, uma vez que o valor envolvido é irrelevante e, na opinião dos assessores jurídicos, as expectativas de perda são remotas. Há ainda cobranças administrativas de COFINS (R\$ 1.031), cujas chances de perda são possíveis e refere-se à suposta insuficiência de depósitos judiciais, pelo fato de não terem sido aceitas as “compensações” de valores depositados a maior em determinados meses; e de CSLL (R\$ 3.338), cujas chances de perda são avaliadas como remotas pelos assessores jurídicos patrocinadores da causa.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, é representado por 3.840.000 ações ordinárias nominativas e 3.840.000 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal.

De acordo com o estatuto social, as ações preferenciais não conferem direito a voto e gozam, prioritariamente, do direito à distribuição de dividendo anual não cumulativo.

Nos termos da Lei nº 9.457/97, às ações preferenciais são conferidos dividendos superiores em 10% àqueles atribuídos às ações ordinárias.

b) Reserva de reavaliação

- Ativos próprios

Refere-se à reavaliação de imóveis anterior à Lei 11.638/2007, aprovada pela SUSEP, contabilizada pelo valor líquido dos efeitos tributários sobre a parcela não realizada de terrenos e edificações, tendo a Companhia optado por não estorná-la, consoante faculdade prevista na referida Lei.

A realização desta reserva, decorrente da depreciação, baixa ou alienação dos bens reavaliados, é registrada na conta de lucros acumulados, líquida dos efeitos tributários, cujo valor integra a base de cálculo do dividendo.

Notas Explicativas

• Ativos de investida sob controle comum

Referem-se ao reflexo da reavaliação de ativos da investida Companhia de Participações Aliança da Bahia, de acordo com o percentual de participação do investimento avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

c) Reserva legal

Constituída no final do exercício à razão de 5% do lucro líquido até o limite de 20% do capital social, consoante disposições legais e estatutárias. A companhia suspendeu a constituição por ter atingido o referido limite.

d) Reserva de lucros

Refere-se à parcela de retenção de lucros, conforme proposta de orçamento de capital e à parcela de dividendo adicional proposto.

e) Ajustes de avaliação patrimonial (Outros resultados abrangentes)

Referem-se à diferença entre o valor de mercado e o custo de aquisição de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda da Companhia e da investida Companhia de Participações Aliança da Bahia. A realização deste saldo ocorrerá através da sua transferência ao resultado, à medida que ocorrer a venda dos títulos, líquida dos efeitos tributários. Inclui, também, ajustes acumulados de conversão de investimento societário no exterior.

f) Dividendos

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido do exercício	14.042	20.205
Dividendos prescritos	293	231
Realização da reserva de reavaliação	263	211
Base de cálculo do dividendo	<u>14.598</u>	<u>20.647</u>
Dividendo mínimo obrigatório	3.650	5.162
Dividendo adicional proposto	10.948	15.485
Total de dividendo proposto	<u>14.598</u>	<u>20.647</u>
Percentual de distribuição	100%	100%
Por ação ordinária – R\$	<u>1,810280170</u>	<u>2,560391064</u>
Por ação preferencial – R\$	<u>1,991308188</u>	<u>2,816430170</u>

Conforme disposição estatutária é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado consoante legislação em vigor, com acréscimo de 10% para as ações preferenciais em observância à Lei nº 9.457/97, provisionado no final do exercício. O dividendo adicional proposto acima do mínimo é segregado como dividendo adicional no patrimônio líquido, a ser submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária.

Notas Explicativas

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS (CONTROLADORA)

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de administrar as disponibilidades financeiras de suas operações.

A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada através de mecanismos do mercado financeiro que minimizam a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo seu patrimônio. O valor contábil dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 equivale ao seu valor de mercado, considerando-se taxa de juros correntes para operações similares e de vencimentos comparáveis.

A Companhia considera que não existem riscos inerentes relevantes em relação a: (1) créditos, uma vez que os mesmos estão associados a operações canceláveis, caso não sejam liquidados nos termos contratados; (2) taxa de câmbio, tendo em vista que as operações em moeda estrangeira são irrelevantes; (3) risco de perdas com sinistros ocorridos, visto que os valores segurados estão sempre dentro dos limites operacionais determinados pelas normas da SUSEP; e (4) a carteira de aplicações em ações apresentou até o final do exercício ganhos não realizados.

A Companhia não opera com instrumentos derivativos, não existindo saldos desta natureza em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017.

14. GERENCIAMENTO DE RISCOS

Os principais riscos aos quais a Companhia está exposta, podendo afetar suas finalidades de estratégia e planos financeiros, são:

- Risco de subscrição;
- Risco de mercado;
- Risco de crédito; e
- Risco operacional.

Gestão de risco de subscrição

Atualmente a Companhia está operando somente nos ramos de vida em grupo, acidentes pessoais coletivo e no Consórcio DPVAT, buscando um nível de receita com seguros adequado diante dos riscos assumidos.

Em que pese a Companhia não estar operando em todos os ramos, trabalha na escolha de seus limites de retenção de acordo com critérios técnicos, através de seu setor especializado, visando o equilíbrio de suas operações em qualquer momento, quando do repasse ao ressegurador.

Gestão de risco de mercado

A Companhia aplica seus recursos financeiros no mercado brasileiro, o qual pode ser mensurado com confiabilidade, para que se obtenha segurança e liquidez para honrar suas obrigações futuras, adotando uma política prudente no portfólio de suas aplicações.

Notas Explicativas

A Companhia seleciona as instituições financeiras com as quais ela pode operar os limites de alocação de recursos e os objetivos, aplicando seus recursos em instituições sólidas. Os principais ativos financeiros estão representados por certificados de depósitos bancários, com rentabilidade próxima do CDI, por LTN (tesouro pré-fixado), LFT (pós-fixado) e por ações no mercado mobiliário, em empresas de primeira linha, com alta liquidez e segurança, os quais não são considerados instrumentos financeiros derivativos. Todo o planejamento tem por objetivo a garantia do capital, a boa remuneração, a cobertura das provisões técnicas e margem de solvência (nota explicativa nº 15).

Diante disto, a Companhia está exposta a riscos financeiros ligados à sua carteira de aplicações. Para a mitigação desses riscos, a Companhia possui estratégia conservadora de alocação de ativos, composta em sua maioria por empresas de primeira linha, com o objetivo de evitar que perdas oriundas de flutuações de preços, taxas e índices impactem materialmente o seu patrimônio líquido. Além disto, a Companhia se utiliza de critérios técnicos relativos à gestão de ativos e passivos que levam em consideração a estrutura e classes dos passivos, requerimentos regulatórios no Brasil e o ambiente econômico onde os negócios são conduzidos e os ativos financeiros são investidos.

Os principais riscos a serem identificados na gestão financeira são:

- Possibilidade de perda em decorrência de oscilações nos preços e taxas nos mercados financeiros;
- Variação desfavorável de retorno financeiro, devido à volatilidade a que está sujeita a sua carteira de ações.

Gestão de risco de crédito

O saldo de contas a receber está distribuído entre diversas instituições, como bancos, seguradoras e ressegurador local. O principal crédito está relacionado com o IRB-Brasil Resseguros S/A. referente à sua participação em sinistros e Caixa Econômica Federal – SFH. A Companhia reconhece a perda esperada em todas as contas a receber.

Gestão de risco operacional

Como possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos de pessoas e sistemas, o gerenciamento de risco operacional da Companhia tem vínculo com as observações confiáveis reportadas pela auditoria interna, sobre os itens abaixo:

- ✓ Bons controles internos;
- ✓ Infraestrutura tecnológica;
- ✓ Softwares atualizados; e
- ✓ Revisões em geral das políticas internas e regulamentos.

Notas Explicativas

15. GARANTIAS OBRIGATÓRIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisão de prêmios não ganhos – Uruguai	334	455
Provisão de sinistros a liquidar	125.376	140.750
Provisão de sinistros a liquidar – Uruguai	150	42
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	73.032	64.952
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados – Uruguai	77	71
Provisão de despesas relacionadas (PDR)	4.799	5.171
	<u>203.768</u>	<u>211.441</u>
(-) Depósitos judiciais-Sinistros	(3.157)	(5.852)
(-) Retenção do IRB	(165)	(165)
(-) Provisões técnicas – Ressegurador	(82.249)	(87.865)
(-) Provisões técnicas – Ressegurador – Uruguai	(271)	(378)
(-) Provisões dos Consórcios DPVAT	(77.532)	(72.197)
	<u>(163.374)</u>	<u>(166.457)</u>
Valor a Garantir	<u>40.394</u>	<u>44.984</u>
Bens Garantidores - Controladora		
Certificados de depósitos bancários	20.053	22.397
Ações negociáveis em bolsa de valores	19.455	21.930
LTN (Tesouro pré-fixado) e LFT	4.028	3.810
	<u>43.536</u>	<u>48.137</u>

16. REMUNERAÇÃO A ADMINISTRADORES

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Honorários	1.886	1.958
Participações nos lucros	1.615	1.958
	<u>3.501</u>	<u>3.916</u>

A Companhia não efetuou qualquer remuneração a colaboradores ou a pessoas-chave da administração com base em ações.

Notas Explicativas

17. CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CONTROLADORA)

I – Base de Cálculo do Imposto de Renda	31/12/2018	31/12/2017
Lucro antes dos tributos	13.851	20.039
Ajustes para cálculo da base tributável:		
Adições	7.865	10.371
Exclusões	(22.176)	(43.481)
Prejuízo fiscal	(460)	(13.071)
II – Base de Cálculo da Contribuição Social Sobre o Lucro	31/12/2018	31/12/2017
Lucro antes dos tributos	13.851	20.039
Ajustes para cálculo da base tributável:		
Adições	6.250	8.413
Exclusões	(22.176)	(43.481)
Base negativa de contribuição social sobre o lucro	(2.075)	(15.029)

Os valores referentes ao Imposto de Renda e à Contribuição Social, constantes da demonstração do resultado, decorrem dos efeitos tributários sobre a realização da reserva de reavaliação.

18. SEGUROS

A Companhia adota política de manutenção de seguros dos seus bens em níveis adequados para os riscos envolvidos.

19. PRINCIPAIS SEGMENTOS DE OPERAÇÕES DE SEGUROS - CONSOLIDADO (com os efeitos de resseguro)

Ramos	Prêmios Ganhos		Sinistros		Comissões Incorridas	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Consórcio DPVAT	20.318	25.025	16.554	21.153	244	295
Acidentes Pessoais	11	(7)	(608)	(259)	-	(5)
Vida em Grupo	674	654	44	(75)	38	39
Outros	-	-	(5.440)	840	-	-
Subtotal	21.003	25.672	10.550	21.659	282	329
Transporte - Uruguai	4.752	3.774	169	(418)	2.978	2.658
TOTAL	25.755	29.446	10.719	21.241	3.260	2.987

Notas Explicativas

20. MOVIMENTAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS OPERACIONAIS VINCULADAS ÀS PROVISÕES TÉCNICAS (CONSOLIDADO)

a) Provisão de prêmios não ganhos

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
	PPNG - seguros - Uruguai	
Saldos balanço anterior	455	369
(Reversão) constituição	(121)	86
Total de PPNG	334	455

b) Provisão de sinistros a liquidar

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
	Seguros	
Saldos balanço anterior	118.507	124.295
Constituição e encargos	1.799	9.970
Transferência para IBNR - DPVAT	(1.726)	(4.834)
Liquidação	(13.172)	(10.924)
Saldos balanço atual	<u>105.408</u>	<u>118.507</u>
	Cosseguros aceitos	
Saldos balanço anterior	26.550	26.723
(Reversão) constituição e encargos	(646)	1.663
Liquidação	(1.956)	(1.836)
Saldos balanço atual	<u>23.948</u>	<u>26.550</u>
	Recuperações de cosseguros cedidos	
Saldos balanço anterior	(5.580)	(5.636)
Reversão e encargos	183	13
Liquidação	452	43
Saldos balanço atual	<u>(4.945)</u>	<u>(5.580)</u>
	Retrocessões	
Saldos balanço anterior	1.315	1.248
(Reversão) constituição e encargos	(200)	67
Saldos balanço atual	<u>1.115</u>	<u>1.315</u>
Total de sinistros a liquidar	125.526	140.792

c) Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldos balanço anterior	65.023	55.066
Constituição e encargos	6.360	5.123
Transferência de PSL - DPVAT	1.726	4.834
Saldos balanço atual	<u>73.109</u>	<u>65.023</u>

d) Provisão de despesas relacionadas

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
	Seguros	
Saldos balanço anterior	4.799	5.837
Constituição (reversão) e encargos	164	(455)
Liquidação	(585)	(583)
Saldos balanço atual	<u>4.378</u>	<u>4.799</u>
	Cosseguros aceitos	
Saldos balanço anterior	372	293
Constituição e encargos	109	84
Liquidação	(60)	(5)
Saldos balanço atual	<u>421</u>	<u>372</u>
Total de despesas relacionadas	4.799	5.171
Total das Provisões	203.768	211.441

Notas Explicativas

e) Ativos de resseguro - provisões técnicas

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Recuperação de Resseguros cedidos - seguros (PSL)		
Saldos balanço anterior	65.056	66.010
Constituição e encargos	3.913	5.455
Liquidação	<u>(8.178)</u>	<u>(6.409)</u>
Saldos balanço atual	<u>60.791</u>	<u>65.056</u>
Recuperação de Resseguros cedidos - cosseguros aceitos (PSL)		
Saldos balanço anterior	19.505	19.295
(Reversão) constituição e encargos	(335)	1.199
Liquidação	<u>(1.679)</u>	<u>(989)</u>
Saldos balanço atual	<u>17.491</u>	<u>19.505</u>
Recuperação de Resseguros cedidos - seguros - (PDR)		
Saldos balanço anterior	2.208	2.921
Constituição (reversão) e encargos	231	(321)
Liquidação	<u>(392)</u>	<u>(392)</u>
Saldos balanço atual	<u>2.047</u>	<u>2.208</u>
Recuperação de Resseguros cedidos - cosseguros aceitos (PDR)		
Saldos balanço anterior	222	210
Constituição e encargos	106	16
Liquidação	<u>(41)</u>	<u>(4)</u>
Saldos balanço atual	<u>287</u>	<u>222</u>
Outros ativos de resseguros - provisões técnicas	<u>1.904</u>	<u>1.252</u>
Total de ativos de resseguros - provisões técnicas	<u>82.520</u>	<u>88.243</u>

Notas Explicativas

21. DETALHAMENTO DE RUBRICAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
a) Prêmios ganhos				
Prêmios diretos	685	647	7.321	6.573
Prêmios - Consórcio DPVAT	20.318	25.025	20.318	25.025
Varição das provisões técnicas de prêmios	-	-	(18)	(20)
Total de prêmios de seguros ganhos	21.003	25.672	27.621	31.578
b) Sinistros ocorridos				
Indenizações avisadas	10.136	(630)	9.343	(924)
Despesas com sinistros	113	435	109	429
Consórcio DPVAT	(16.889)	(20.940)	(16.889)	(20.940)
Salvados e ressarcimentos	685	1.395	685	1.395
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(1.329)	208	(1.397)	334
Total de sinistros ocorridos	(7.284)	(19.532)	(8.149)	(19.706)
c) Custos de aquisição				
Seguros				
Comissões	(282)	(329)	(3.260)	(2.987)
Total de custo de aquisição	(282)	(329)	(3.260)	(2.987)
d) Outras receitas e despesas operacionais				
Outras receitas de seguros				
Consórcio DPVAT	770	277	770	277
Outras receitas	548	536	548	536
Total de outras receitas de seguros	1.318	813	1.318	813
Outras despesas de seguros				
Despesas com cobrança	(66)	(67)	(66)	(67)
Reversão (constituição) da provisão para riscos de créditos	65	(174)	65	(174)
Consórcio DPVAT	(2.423)	(2.700)	(2.423)	(2.700)
Outras despesas	(1.435)	(610)	(1.435)	(610)
Total de outras despesas de seguros	(3.859)	(3.551)	(3.859)	(3.551)
Total de outras receitas e despesas operacionais	(2.541)	(2.738)	(2.541)	(2.738)
e) Receitas com Resseguros				
Recuperação de Indenização e despesas de sinistros	(3.452)	(24)	(2.756)	568
Varição de IBNR	838	(849)	838	(849)
Subtotal	(2.614)	(873)	(1.918)	(281)
Despesas com Resseguros				
Prêmios de Resseguros	-	-	(1.866)	(2.132)
Salvados e ressarcimentos	(652)	(1.254)	(652)	(1.254)
Subtotal	(652)	(1.254)	(2.518)	(3.386)
Total do resultado com resseguros	(3.266)	(2.127)	(4.436)	(3.667)

Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
f) Despesas administrativas				
Despesas com administração	(2.169)	(2.280)	(2.169)	(2.280)
Pessoal próprio	(6.453)	(6.088)	(6.453)	(6.088)
Encargos sociais	(3.923)	(3.825)	(3.923)	(3.825)
Assistência social	(3.188)	(3.028)	(3.188)	(3.028)
Serviços de terceiros	(1.776)	(1.692)	(2.646)	(2.198)
Localização e manutenção	(3.400)	(3.295)	(3.449)	(3.368)
Expediente	(153)	(193)	(164)	(205)
Comunicação	(435)	(520)	(450)	(545)
Utilização de equipamentos	(570)	(513)	(704)	(641)
Utilização de veículos e locomoção	(752)	(630)	(766)	(639)
Consórcio DPVAT	(2.385)	(1.689)	(2.385)	(1.689)
Participações nos lucros - administradores	(1.615)	(1.958)	(1.615)	(1.958)
Participações nos lucros - empregados	(901)	(930)	(901)	(930)
Outras	(2.202)	(2.698)	(2.356)	(2.870)
Total das despesas administrativas	(29.922)	(29.339)	(31.169)	(30.264)
g) Despesas com tributos				
COFINS e PIS	(1.340)	(901)	(1.340)	(901)
Outros tributos	(955)	(358)	(1.220)	(621)
Total das despesas com tributos	(2.295)	(1.259)	(2.560)	(1.522)
h) Resultado financeiro				
Receitas financeiras				
Receitas com aplicações	11.356	16.841	15.199	17.786
Resultado com venda de ações	13.120	-	13.120	-
Receitas com créditos tributários - atualização	2.063	2.950	2.063	2.950
Outras	60	779	60	779
Subtotal	26.599	20.570	30.442	21.515
Despesas financeiras				
Despesas com aplicações	(412)	(219)	(412)	(219)
Despesas financeiras com operações de seguros	(8.524)	(10.801)	(8.524)	(10.801)
Despesas com tributos - atualização	(1.846)	(3.222)	(1.846)	(3.222)
Outras	(202)	(22)	(3.369)	(1.448)
Subtotal	(10.984)	(14.264)	(14.151)	(15.690)
Total do resultado financeiro	15.615	6.306	16.291	5.825
i) Resultado patrimonial				
Receitas patrimoniais				
Receitas com imóveis de renda	1.897	1.418	1.897	1.418
Resultado de equivalência patrimonial	21.714	43.014	21.013	43.234
Juros s/capital próprio- coligada	3.315	4.760	3.315	4.760
Outros investimentos	214	75	214	82
Subtotal	27.140	49.267	26.439	49.494
Despesas patrimoniais				
Despesas com imóveis destinados à renda ou venda	(3.359)	(3.343)	(3.359)	(3.343)
Subtotal	(3.359)	(3.343)	(3.359)	(3.343)
Total do resultado patrimonial	23.781	45.924	23.080	46.151

Notas Explicativas

22. PARTES RELACIONADAS

No período de janeiro a dezembro de 2018, a Companhia efetuou crédito a favor da ADRECOR - Administração, Representações e Corretagens Ltda., a título de comissões sobre cobrança de aluguéis dos imóveis de propriedade da Companhia, no valor de R\$ 177 (R\$ 129, no mesmo período de 2017). O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 16 (R\$ 14, em 31/12/2017).

No período de janeiro a dezembro de 2018, a Companhia efetuou pagamento de aluguel do imóvel da Sucursal do Rio de Janeiro à Companhia de Participações Aliança da Bahia no montante de R\$ 588 (R\$ 582, no mesmo período de 2017), bem como cobrou da mesma o montante de R\$ 92 (R\$ 94, no mesmo período de 2017) referente a aluguel onde funciona a sua sede. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 8 (R\$ 8, em 31/12/2017).

Não existem outras transações relevantes com partes relacionadas.

23. DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO - PLA

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Patrimônio líquido	180.769	185.527
Participação em sociedades financeiras e não financeiras	(106.322)	(99.834)
Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	(51)	(54)
Ativos Intangíveis	(8)	(14)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	<u>74.388</u>	<u>85.625</u>

O Patrimônio líquido ajustado da controlada Companhia de Seguros Aliança da Bahia Uruguay S.A. é de R\$ 13.973 (R\$ 11.855, em 31/12/2017), segundo a legislação do Uruguai.

24. CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO

A Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, dispõe sobre as regras de definição para o cálculo de capital mínimo requerido para autorização e funcionamento e sobre o plano de regularização de solvência das sociedades supervisionadas assim discriminadas:

(a) O Capital base: montante fixo de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, conforme disposto no anexo XXIII da citada Resolução.

(b) O Capital de risco: (CR) montante variável de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para garantir os riscos inerentes à operação, conforme disposto no anexo XXVI da referida Resolução, envolvendo riscos de subscrição, de crédito, operacional e de mercado.

- O risco de subscrição considera a possibilidade de ocorrência de perdas associadas, direta ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para calcular prêmios e provisões técnicas, contribuições e provisões técnicas, decorrentes das operações da seguradora. A Companhia adota o modelo padrão regulatório para o cálculo do risco de subscrição.

Notas Explicativas

- O risco de crédito considera a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte quanto às obrigações financeiras. A companhia utiliza o cálculo padrão regulatório para o risco de crédito.

- O risco operacional considera a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos da Companhia, incluindo-se a possibilidade de perdas decorrentes de decisão ou sentença desfavorável em processos administrativos ou judiciais. A Companhia utiliza o cálculo padrão regulatório para o risco operacional.

- O risco de mercado representa a possibilidade de ocorrência de perdas derivadas de oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira com impacto na avaliação econômica de ativos e passivos. A companhia utiliza o cálculo padrão regulatório para o risco de mercado.

(c) Capital mínimo requerido (CMR): capital total que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para operar, sendo o equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco.

(d) Liquidez em relação ao CR: situação caracterizada quando a sociedade supervisionada apresentar montante de ativos líquidos de renda fixa, em excesso à necessidade de cobertura das provisões, superior a 20% (vinte por cento) do CR, obtido ao se desconsiderar, no cálculo do capital de risco de mercado, os fluxos de operações não registradas.

O patrimônio líquido ajustado (Resolução CNSP 321, de 15 de julho de 2015) será utilizado para a verificação de suficiência em relação ao capital mínimo requerido e para apuração do limite de retenção.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	74.388	85.625
Capital base	15.000	15.000
Capital de risco (CR)	12.550	15.081
Capital Mínimo Requerido (CMR)	15.000	15.081
Suficiência de Capital (PLA – CMR)	<u>59.388</u>	<u>70.544</u>

Notas Explicativas

25. ATIVOS EXCEDENTES À NECESSIDADE DE COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS E LIQUIDEZ EM RELAÇÃO AO CR

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Necessidade de Cobertura das Provisões Técnicas		
Excluindo Consórcio DPVAT (Controladora)	40.104	44.794
Ativos Disponíveis para Garantia		
CDB – Renda Fixa	62.887	67.426
LTN (Tesouro pré-fixado) e LFT – Renda Fixa	4.028	3.810
Ações	28.922	39.497
Total de Ativos	<u>95.837</u>	<u>110.733</u>
Ativos Excedentes	<u>55.733</u>	<u>65.939</u>

Ativos Líquidos de Renda Fixa

São todos os ativos de renda fixa aceitos pelo Conselho Monetário, em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas, superior a 20% do capital de risco (CR) obtido ao se desconsiderar, no cálculo do capital de risco de mercado, os fluxos de operações não registradas.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativos líquidos de Renda Fixa	42.834	45.029
Liquidez em relação ao CR - 20% (CR)	<u>2.510</u>	<u>3.016</u>

Notas Explicativas

26 - DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

As tabelas de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo apresentar as estimativas dos sinistros incorridos que vão sendo gerenciadas mediante o risco do seguro inerente à operação da seguradora, comparando com os sinistros pagos e o montante de sinistros a liquidar na data das demonstrações financeiras. A provisão, em sua maioria em "run-off", varia conforme informações mais precisas que vão sendo obtidas, por meio extrajudiciais ou judiciais. As tabelas contemplam as operações de seguros direto e de cosseguro aceito, ambos brutos e líquidos de resseguro. Não estão incluídas as operações do Consórcio DPVAT, PDR, Retrocessões e Uruguai.

a) DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS - ADMINISTRATIVO	DATA-BASE:		dez/18										EM MILHARES DE R\$	
TRIÂNGULO DE VALORES R\$	ANO DE AVISO DO SINISTRO													
BRUTO DE RESSEGURO														
MONTANTE SINISTROS ESTIMADOS	ATE 2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018		
NO ANO DO AVISO	6.093	1.358	2.749	3.682	1.493	237	388	48	34	19	209	166		
UM ANO APÓS O AVISO	4.747	659	1.596	2.411	675	114	306	42	33	18	209			
DOIS ANOS APÓS O AVISO	4.901	693	1.671	2.532	708	118	338	45	33	19				
TRES ANOS APÓS O AVISO	5.202	770	1.831	2.794	1.168	132	361	46	34					
QUATRO ANOS APÓS O AVISO	6.012	809	2.013	2.967	1.278	139	373	48						
CINCO ANOS APÓS O AVISO	6.396	854	2.315	3.231	1.402	224	388							
SEIS ANOS APÓS O AVISO	6.784	882	2.577	3.434	1.445	237								
SETE ANOS APÓS O AVISO	7.106	968	2.694	3.595	1.505									
OITO ANOS APÓS O AVISO	8.990	1.212	2.977	3.731										
NOVE ANOS APÓS O AVISO	9.588	1.343	3.062											
DEZ ANOS APÓS O AVISO	9.905	1.371												
ONZE ANOS APÓS O AVISO	10.995													
ESTIMATIVAS NA DATA-BASE	10.995	1.371	3.062	3.731	1.505	237	388	48	34	19	209	166		
PAGAMENTOS EFETUADOS	1.572	66	877	237	80	22	-	-	13	-	-	7		
PROVISÃO SINISTRO A LIQUIDAR	9.423	1.305	2.185	3.494	1.425	215	388	48	21	19	209	159		
TOTAL PROVISÃO SINISTROS A LIQUIDAR	38.891													

b - DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS - JUDICIAL	DATA-BASE:		dez/18										EM MILHARES DE R\$	
TRIÂNGULO DE VALORES R\$	ANO DE AVISO DO SINISTRO													
BRUTO DE RESSEGURO														
MONTANTE SINISTROS ESTIMADOS	ATE 2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018		
NO ANO DO AVISO	39.024	10.604	12.577	3.180	7.306	501	444	789	599	1.668	876	1.271		
UM ANO APÓS O AVISO	37.100	5.853	8.476	2.769	4.532	233	243	635	853	1.363	876			
DOIS ANOS APÓS O AVISO	42.905	7.066	9.038	2.896	4.606	311	294	722	614	1.671				
TRES ANOS APÓS O AVISO	51.477	7.717	9.629	3.411	4.846	382	343	712	666					
QUATRO ANOS APÓS O AVISO	54.527	9.025	9.850	3.916	7.013	425	396	789						
CINCO ANOS APÓS O AVISO	60.430	8.979	11.227	4.495	8.257	453	444							
SEIS ANOS APÓS O AVISO	63.879	10.142	13.513	4.151	8.848	501								
SETE ANOS APÓS O AVISO	74.339	11.330	15.030	5.110	8.955									
OITO ANOS APÓS O AVISO	84.307	12.517	15.913	4.328										
NOVE ANOS APÓS O AVISO	93.253	13.332	16.807											
DEZ ANOS APÓS O AVISO	103.550	13.570												
ONZE ANOS APÓS O AVISO	108.666													
ESTIMATIVAS NA DATA-BASE	108.666	13.570	16.807	4.328	8.955	501	444	789	666	1.671	876	1.271		
PAGAMENTOS EFETUADOS	38.760	6.167	8.998	2.629	4.858	-	-	-	134	6	16	-		
PROVISÃO SINISTRO A LIQUIDAR	69.906	7.403	7.809	1.699	4.097	501	444	789	532	1.665	860	1.271		
TOTAL PROVISÃO SINISTROS A LIQUIDAR	96.976													
RESUMO a e b														
PSL ADMINISTRATIVO	18.891													
PSL JUDICIAL	96.976													
PSL CONSÓRCIO DPVAT	8.394													
PSL Retrocessões	1.115													
PSL Uruguai	150													
TOTAL (Nota 20 b)	125.526													

Notas Explicativas

c - DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS - ADMINISTRATIVO		DATA-BASE: dez/18		EM MILHARES DE R\$									
TRIÂNGULO DE VALORES R\$													
LÍQUIDO DE RESSEGURO													
ANO DE AVISO DO SINISTRO													
MONTANTE SINISTROS ESTIMADOS	ATE 2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
NO ANO DO AVISO	2.204	298	288	408	147	54	72	26	17	9	194	66	
UM ANO APÓS O AVISO	2.240	217	320	298	152	37	57	23	16	8	194		
DOIS ANOS APÓS O AVISO	2.230	235	323	304	159	36	63	24	17	9			
TRES ANOS APÓS O AVISO	2.261	282	236	325	185	43	67	25	17				
QUATRO ANOS APÓS O AVISO	2.481	295	254	343	164	45	70	26					
CINCO ANOS APÓS O AVISO	2.628	283	285	348	190	52	72						
SEIS ANOS APÓS O AVISO	2.776	284	267	362	145	54							
SETE ANOS APÓS O AVISO	2.932	248	280	404	152								
OITO ANOS APÓS O AVISO	3.174	267	307	418									
NOVE ANOS APÓS O AVISO	3.463	319	316										
DEZ ANOS APÓS O AVISO	3.542	309											
ONZE ANOS APÓS O AVISO	3.995												
ESTIMATIVAS NA DATA-BASE	3.995	309	316	418	152	54	72	26	17	9	194	66	
PAGAMENTOS EFETUADOS	358	43	82	54	20	11	-	-	13	-	-	7	
PROVISÃO SINISTRO A LIQUIDAR	3.637	266	234	364	132	43	72	26	4	9	194	59	
TOTAL PROVISÃO SINISTROS A LIQUIDAR	5.040												

d - DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS - JUDICIAL		DATA-BASE: dez/18		EM MILHARES DE R\$									
TRIÂNGULO DE VALORES R\$													
LÍQUIDO DE RESSEGURO													
ANO DE AVISO DO SINISTRO													
MONTANTE SINISTROS ESTIMADOS	ATE 2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
NO ANO DO AVISO	12.297	2.881	1.460	655	698	255	29	212	356	590	805	357	
UM ANO APÓS O AVISO	12.567	1.879	941	433	491	108	16	158	508	508	805		
DOIS ANOS APÓS O AVISO	13.945	2.209	1.007	452	508	144	19	180	364	592			
TRES ANOS APÓS O AVISO	16.105	2.371	1.018	505	552	178	22	191	396				
QUATRO ANOS APÓS O AVISO	17.425	2.595	1.049	605	695	195	26	212					
CINCO ANOS APÓS O AVISO	19.495	2.682	1.249	689	862	230	29						
SEIS ANOS APÓS O AVISO	21.193	2.975	1.424	678	927	255							
SETE ANOS APÓS O AVISO	24.459	3.254	1.566	908	855								
OITO ANOS APÓS O AVISO	27.557	3.512	1.666	835									
NOVE ANOS APÓS O AVISO	31.737	3.843	1.808										
DEZ ANOS APÓS O AVISO	35.523	3.734											
ONZE ANOS APÓS O AVISO	36.395												
ESTIMATIVAS NA DATA-BASE	36.395	3.734	1.808	835	855	255	29	212	396	592	805	357	
PAGAMENTOS EFETUADOS	10.262	1.730	755	395	415	-	-	-	81	4	16	-	
PROVISÃO SINISTRO A LIQUIDAR	26.133	2.004	1.053	440	440	255	29	212	315	588	789	357	
TOTAL PROVISÃO SINISTROS A LIQUIDAR	32.615												

Notas Explicativas

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

Novas Normas e Interpretações ainda não adotadas pela Companhia e não referendadas pela SUSEP:

- IFRS 9 (CPC 48 – Instrumentos Financeiros) – A SUSEP prevê sua adoção em conjunto com o IFRS17 – Contratos de Seguros a partir de 01 de janeiro de 2021.
- IFRS 16 – Leasing (CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil) – Vigência a partir de 01 de janeiro de 2019.
- IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro – Vigência a partir de 01 de janeiro de 2019.

A partir de 1º de janeiro de 2019, a alíquota da CSLL prevista na Lei 13.169/15 será reduzida de 20% para 15%.

A aplicação em ações da Companhia Vale do Rio Doce representa 2% do patrimônio líquido em 31 de janeiro de 2019, considerando os reflexos das oscilações de mercado.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE

AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA

Salvador – Bahia

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de Seguros Aliança da Bahia (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia de Seguros Aliança da Bahia em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

• Resultado operacional e patrimonial

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3c e 21, a Companhia apresentou resultado operacional negativo, em decorrência do baixo nível das operações atualmente desenvolvidas. O lucro líquido do exercício advém, principalmente, das receitas de aplicações financeiras e do resultado da equivalência patrimonial sobre investimentos em controlada e coligadas, substancialmente da coligada Brasilcap Capitalização S.A.

Devido às incertezas envolvidas na retomada do nível das operações de seguros e na relevância do impacto do resultado da equivalência patrimonial no lucro líquido do exercício, consideramos esse assunto relevante para nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: a análise das demonstrações financeiras da controlada e das coligadas, o recálculo do valor do investimento e do resultado da equivalência patrimonial e a adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Consideramos que os registros e divulgações efetuados pela Companhia são consistentes.

• Provisões para passivos contingentes

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3f e 11, a Companhia é parte passiva em processos judiciais de natureza fiscal e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades, cuja provisão registrada nas demonstrações financeiras consolidadas monta a R\$ 71.035 mil e R\$ 348 mil, respectivamente. Ademais, consoante mencionado na nota explicativa nº 7, a Companhia possui depósitos judiciais referentes aos processos de natureza fiscal no montante de R\$ 70.371 mil. Normalmente, os referidos processos são encerrados após longo lapso temporal e envolvem não só discussões de mérito, mas também aspectos processuais, em observância à legislação vigente.

Essas provisões foram objeto de nossa auditoria, pois os processos acima mencionados, em regra, envolvem discussões relevantes de mérito e aspectos processuais complexos, além de demandarem o julgamento da administração quanto às respectivas chances de êxito.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: o entendimento sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação, a constituição de passivos e as divulgações em notas explicativas. Obtivemos, também, o entendimento quanto ao modelo de cálculo adotado, que considera o histórico de perda em processos da mesma natureza e prognósticos fornecidos por assessores jurídicos.

Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de assessoria jurídica que patrocinam os processos judiciais para confirmar a avaliação do prognóstico, a totalidade das informações e o valor estimado das provisões. Em relação às causas significativas, que foram selecionadas, discutimos a razoabilidade do prognóstico de perda.

Consideramos que as provisões e divulgações efetuadas pela Companhia são consistentes com as informações fornecidas pelos assessores jurídicos.

• Provisões técnicas de seguros

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3f e 20, a Companhia possui registrado no passivo Provisões Técnicas relacionadas a contratos de seguros, no valor de R\$ 203.768 mil. Consoante mencionado na nota explicativa nº 15, a Companhia possui ativos redutores no valor de R\$ 163.374 mil, para fins de cobertura das provisões, sendo a necessidade de garantias de R\$ 40.394 mil suportada por bens garantidores no valor de R\$ 43.536 mil. Face às incertezas e subjetividade inerentes aos contratos de seguros, o teste de adequação de passivo e o processo de determinação e mensuração das provisões técnicas envolvem alto grau de julgamento. A Companhia continuamente avalia as premissas e metodologias adotadas, tais como: expectativa de sinistralidade, mortalidade, longevidade, desenvolvimento histórico de sinistro, entre outras. Adicionalmente, essas premissas e metodologias foram examinadas por auditores atuariais independentes.

Devido à relevância e incerteza envolvidas nesse tema, além do impacto que eventuais mudanças nas premissas poderiam ocasionar no valor das Provisões Técnicas, consideramos esse assunto relevante para nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: avaliação das metodologias utilizadas na mensuração das provisões técnicas e no teste de adequação do passivo; avaliação das metodologias que vem sendo consistentemente aplicadas nos últimos exercícios; avaliação da consistência dos dados e razoabilidade das premissas utilizadas; recálculo, em base de teste, das provisões técnicas considerando a metodologia, premissas e dados.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que as provisões e divulgações efetuadas pela Companhia são adequadas.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado – DVA, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e da sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria ao planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e da sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e da sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho de auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais relevantes na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório por conta das conseqüências adversas de tal comunicação, que podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador - BA, 11 de fevereiro de 2019.

AUDICONT AUDITORES E CONSULTORES

CRC-BA – 0568

ADEÍLDO OSÓRIO DE OLIVEIRA

CRC-BA – 7.710

Parecer dos auditores atuariais independentes

Destinatário

Escopo de Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise da solvência e dos limites de retenção da Companhia de Seguros Aliança da Bahia, em 31 de dezembro de 2018, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Companhia de Seguros Aliança da Bahia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens auditados estão livres de distorção relevante

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Companhia de Seguros Aliança da Bahia são relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Base de Dados

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, análise da solvência e dos limites de retenção da Companhia de Seguros Aliança da Bahia em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 2019

Cláudio Silva Duarte da Paz

MIBA nº 761

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia de Seguros Aliança da Bahia, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei 6.404/76, examinou o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras, a Proposta de Destinação do Lucro Líquido, todos referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2018, e ainda com base nos documentos analisados, nos esclarecimentos prestados pelo representante da Administração e considerando, ainda, os esclarecimentos complementares prestados pelos auditores externos - AUDICONT Auditores e Consultores - e respectivo relatório emitido sem ressalvas em 11.02.2019, opinando os seus membros, que os referidos documentos estão em condições de serem apresentados a Assembleia Geral Ordinária, para deliberação.

Salvador, 20 de fevereiro de 2019.

Raimundo Santos Silva

Presidente

Marcelo da Silva Pinho

Membro Efetivo

Sonia Lucia Nogueira da Silva

Membro Efetivo

Aldo José Ferreira Brandão

Membro Efetivo

Elias de Matos Brito

Membro Efetivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em observância às disposições constantes da instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Salvador, 11 de fevereiro de 2019.

José Alfredo Cruz Guimarães

Diretor Presidente

Antônio Tavares da Câmara

Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes relativas as exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Salvador, 11 de fevereiro de 2019.

José Alfredo Cruz Guimarães

Diretor Presidente

Antônio Tavares da Câmara

Diretor